

© Autêntica Editora

GOVERNO LULA 3

RECONSTRUÇÃO
DEMOCRÁTICA E
IMPASSES POLÍTICOS

© Todos os direitos reservados

© Autêntica Editora 2025 - Todos os direitos reservados

FÁBIO KERCHE
MARJORIE MARONA
(ORGS.)

GOVERNO LULA 3

RECONSTRUÇÃO
DEMOCRÁTICA E
IMPASSES POLÍTICOS

autêntica

Copyright © 2025 Os organizadores
Copyright desta edição © 2025 Autêntica Editora

Todos os direitos reservados pela Autêntica Editora Ltda. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

EDITORAS RESPONSÁVEIS

Rejane Dias
Cecília Martins

PREPARAÇÃO DE TEXTO

Thaís Burani

REVISÃO

Anna Izabella Miranda
Carolina Lins
Mariana Faria

CAPA

Diogo Droschi
(sobre imagem
de Adobe Stock)

DIAGRAMAÇÃO

Guilherme Fagundes
Waldênia Alvarenga

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Governo Lula 3: reconstrução democrática e impasses políticos / organização Fábio Kerche, Marjorie Marona. -- 1. ed. -- Belo Horizonte, MG : Autêntica Editora, 2025.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5928-541-9

1. Brasil - Política e governo 2. Democracia 3. Desigualdades sociais 4. Economia - Brasil 5. Políticas públicas 6. Silva, Luiz Inácio Lula da, 1945- I. Kerche, Fábio. II. Marona, Marjorie.

25-253840

CDD-320.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Política e governo 320.981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Belo Horizonte

Rua Carlos Turner, 420
Silveira . 31140-520
Belo Horizonte . MG
Tel.: (55 31) 3465 4500

São Paulo

Av. Paulista, 2.073, Conjunto Nacional
Horsa I . Salas 404-406 . Bela Vista
01311-940 . São Paulo . SP
Tel.: (55 11) 3034 4468

www.grupoautentica.com.br

SAC: atendimentoleitor@grupoautentica.com.br

© Autêntica Editora 2025 - Todos os direitos reservados

*Em memória de Charles Pessanha —
querido amigo, referência intelectual e exemplo
de compromisso com a democracia.*

© Autêntica Editora 2025 - Todos os direitos reservados

SUMÁRIO

- 11 Prefácio
Marjorie Marona e Fábio Kerche

Parte I: Lula 3 e a nova conjuntura política brasileira

- 25 O Sertão vai virar mar? De império escravista a voz do Sul Global, desafios do Brasil sob Lula 3
Bruno P. W. Reis
- 37 Lula 3: presidencialismo de coalizão em tempos de governo congressual
Cláudio Gonçalves Couto
- 53 Aprendizados na relação com o Estado e apostas sobre Lula 3: interpretações feministas e antirracistas
Flávia Biroli, Luciana Tatagiba e Isabela Andrade
- 65 Desafios no governo Lula: o fenômeno Pablo Marçal, extrema direita, juventude e indústria da influência
Thais Pavez, Camila Rocha e Esther Solano

Parte II: Poderes e federalismo

- 77 A presidência e o Executivo no governo Lula 3
Magna Inácio e Filipe Recch
- 91 Lula e a "terra incógnita": a relação Executivo-Legislativo no Brasil sob nova égide institucional
Lucio Rennó e Isaac Sassi
- 101 Lula 3: a difícil saga de um governo minoritário na Câmara dos Deputados
Carlos Ranulfo Melo
- 111 Relação entre partidos políticos e governo: de Bolsonaro a Lula 3
Maria do Socorro S. Braga e Leone S. Alexandre

- 121 Lula e o Supremo: os estertores do presidencialismo de coalizão
Marjorie Marona e Shandor Torok Moreira
- 131 Os desafios para a cooperação intergovernamental: a relação entre os governos estaduais e o governo Lula 3
Luciana Santana
- 141 "A casa está aberta, mais uma vez": o terceiro mandato de Lula e o diálogo com os municípios.
Marta Mendes da Rocha

Parte III: Instituições de Controle, burocracia e militares

- 153 *Accountability*
Fabio de Sa e Silva e Iagê Z. Miola
- 163 O procurador-geral da República não é mais um problema
Fábio Kerche
- 171 Os sentidos da política na Polícia Federal: entre captura corporativa e institucionalidade
Fabiano Engelmann e Lucas Batista Pilau
- 181 Reconstrução do estado administrativo: desafios da burocracia brasileira
Gabriela Spanghero Lotta, Mariana Costa Silveira e Pedro Vianna Godinho Peria
- 191 Um balanço das relações civis-militares no Governo Lula
Anaís Medeiros Passos

Parte IV: Políticas públicas

- 199 Duzentos anos não são duzentos dias: a política externa, sob Lula, retoma o seu curso histórico
Dawisson Belém Lopes
- 213 As políticas ambientais em disputa
Caio Pompeia

- 225 A política econômica do terceiro governo Lula: herança do desmonte social e reconstrução em cenário adverso
Frederico G. Jayme Jr.
- 241 Governo Lula 3: alguns avanços e muitos impasses nas questões trabalhista e previdenciária
Frederico Luiz Barbosa de Melo e Maria de Fátima Lage Guerra
- 255 As políticas de saúde no governo Lula 3: o difícil esforço de reconstrução
Michelle Fernandez e Vanessa Elias de Oliveira
- 265 Os desafios do MEC no governo Lula 3: quando reconstruir não é voltar ao mesmo ponto
Fernando Luiz Abrucio e Fernanda Castro Marques
- 279 Entre o desarmamento e a liberação? Disputas políticas sobre o controle de armas no Brasil (2003-2024)
Ludmila Ribeiro, Valéria Oliveira e Amanda Lagreca
- 295 No atual combate à pobreza e à desigualdade, por que a melhora tem teto?
Natália Sátyro
- 305 O feminismo estatal participativo no governo Lula 3: continuidades, inovações e desafios
Clarisse Paradis
- 317 As políticas antirracistas no Lula 3
Luiz Augusto Campos
- 327 A política reconfigurada: gênero, sexualidade e silenciamento em Lula 3
José Szwako e Adrian Gurza Lavalle

Parte V: Cultura política, valores democráticos, representação e participação

- 341 A cultura política no terceiro mandato de Lula: o desafio da governabilidade mediante as marcas da comunicação digital da extrema direita nos valores dos brasileiros
Luciana Fernandes Veiga

- 351 Valores democráticos
Ricardo Fabrino Mendonça
- 363 Lula 3 e a representação: inovação ou reedição?
Debora Rezende de Almeida
- 375 A política nas ruas: entre inflexões da extrema direita, dilemas do campo progressista e uma pitada de solidariedade
Priscila Delgado de Carvalho
- 385 Evangélicos e esquerdas: um diálogo difícil
Ronaldo de Almeida

Parte VI: Opinião pública e comunicação política

- 401 Os 24 meses iniciais de avaliação do governo Lula 3: quando a boca do jacaré se fecha
Arthur Ituassu e Emerson Cervi
- 411 Lula 3: o persistente desafio da esquerda na arena digital
Marisa von Bülow e Max Stabile
- 421 Lula 3 e a relação com a imprensa: a difícil retomada de um patamar civilizatório
Ana Paola Amorim
- 433 Bibliografia consolidada
- 481 Sobre os autores

Lula 3: presidencialismo de coalizão em tempos de governo congressional

Cláudio Gonçalves Couto

Presidencialismo de coalizão na Nova República

Tornou-se corrente entre analistas e estudiosos da política brasileira lançar mão da noção de “presidencialismo de coalizão” para compreender o sistema de governo do país. De uma categoria de análise antes restrita acadêmicos, ela se tornou expressão de uso comum também entre jornalistas, políticos e até mesmo cidadãos comuns afeitos à discussão sobre assuntos públicos da conjuntura imediata.

O conceito foi proposto originalmente por Abranches (1988, p. 21) diante do que considerava “uma singularidade” brasileira: “o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o ‘presidencialismo imperial’, organiza o Executivo com base em grandes coalizões”. Depois, o conceito foi retomado por estudiosos devotados a compreender a dinâmica desse sistema presidencial nos marcos na Constituição de 1988, destacadamente Figueiredo e Limongi (2008), que decifraram com maior detalhe seus mecanismos. Demonstraram que o Poder Executivo tinha a capacidade de determinar a agenda congressional e fazer avançar suas prioridades legislativas, prevalecendo como principal ator do processo decisório – desde que, claro, construísse coalizões de sustentação parlamentar. Nos termos desses autores:

Problemas de governabilidade, se o termo é entendido em sua acepção mais imediata e direta, por certo não há. O governo é capaz de aprovar leis e não encontra no Congresso Nacional um obstáculo às suas pretensões. Não há paralisia decisória. Mudanças em políticas públicas, vistas como impossíveis sob as instituições vigentes, muitas delas requerendo emendas constitucionais, foram aprovadas no Congresso (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2008, p. 187-188).

Posteriormente, outros autores, como Bertholini e Pereira (2017), ressaltaram que não basta construir uma coalizão, mesmo que ampla, pois é fundamental que o Executivo a gereencie de forma competente para ter sucesso na relação com o Congresso. Além de formar uma aliança com bancadas que assegurassem uma maioria legislativa, seria preciso que os partidos da coalizão fossem contemplados no gabinete com um peso proporcional à sua dimensão parlamentar – ou seja, que a distribuição de ministérios fosse coalescente com o tamanho das bancadas legislativas, nos termos originalmente propostos por Amorim Neto (2000, p. 482): “quanto maior a proporcionalidade entre as cotas ministeriais dos partidos e seus pesos parlamentares, mais coalescente será o ministério”.

Ademais, ainda segundo Bertholini e Pereira, a proximidade ideológica entre os partidos da aliança seria também um fator essencial para garantir a governabilidade. Coalizões heterogêneas quanto à ideologia e desequilibradas na distribuição de poder ministerial entre os membros da coalizão seriam instáveis, levando o Executivo a tentar compensar tal incongruência se valendo de outros tipos retribuição – como a corrupção.

Os fatores cruciais para o bom funcionamento do presidencialismo de coalizão na ordem constitucional estabelecida em 1988 foram de natureza institucional (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2008). Destacam-se aí as prerrogativas formais do presidente: seu poder de agenda (capaz de determinar a pauta e o ritmo de votações no Congresso) e sua capacidade legislativa própria, seja de tipo proativo ou reativo, nos termos de Carey e Shugart (1998, p. 5-6). No presidencialismo brasileiro, a capacidade proativa se traduz no poder de propor de projetos legislativos (em algumas matérias de maneira exclusiva), na estipulação de regime de urgência para apreciação de projetos do Executivo no Congresso (acelerando a decisão) e na edição de medidas provisórias (decretos presidenciais com força de lei e vigência imediata). Já a capacidade reativa se dá com o uso do veto total ou parcial a normas legais que tenham sido aprovadas pelo Congresso. Embora o quórum necessário para a derrubada do veto presidencial no Brasil seja comparativamente baixo (metade mais um dos membros das duas casas do Congresso), o veto parcial (apenas a trechos específicos da lei, não à norma inteira), que não é comum em outras democracias, dá ao Executivo uma vantagem estratégica. Afinal, o veto a partes específicas da norma legal aprovada pelo Legislativo tem a possibilidade de contrariar apenas alguns grupos parlamentares, reduzindo a chance de sua derrogação pela maioria.

Além disso, tem grande importância a capacidade dos líderes partidários de manter disciplinadas suas bancadas, gozando de instrumentos para premiar ou punir os parlamentares de acordo com sua obediência às orientações

estabelecidas para a votação das matérias. Desse modo, bancadas de partidos situacionistas no Congresso operariam de forma articulada ao Executivo, assegurando o apoio de seus membros à agenda governamental.

Após a redemocratização, desde a inauguração da nova ordem institucional estabelecida pela Constituição de 1988, um instrumento cardeal para a manutenção da disciplina foi a execução das emendas orçamentárias propostas pelo Legislativo. Até 2015, o orçamento federal tinha caráter apenas autorizativo – ou seja, o Poder Executivo poderia decidir discricionariamente por efetivar ou não gastos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), seja por razões de gestão financeira, seja por considerações de ordem política. Nesse segundo caso, poder-se-ia considerar, por exemplo, não executar emendas orçamentárias de congressistas indisciplinados da base situacionista. Assim, ao punir individualmente os legisladores não cooperativos, o governo contribuiria para que os líderes dos partidos da base fossem capazes de a manter unida.

Isso é apontado por Pereira e Mueller. Os autores demonstram que o governo tinha no manejo da execução ou retenção das emendas orçamentárias um “instrumento de controle dos membros de sua coalizão nas votações no Congresso. Em outras palavras, o uso estratégico da liberação das emendas propicia ao Executivo o ganho de votos favoráveis que mais do que compensa a perda decorrente da alteração de sua proposta [orçamentária] inicial” (PEREIRA; MUELLER, 2002, p. 295). Em outro trabalho, os mesmos autores mostram como parlamentares dos partidos da coalizão legislativa tinham executadas proporcionalmente muito mais emendas do que seus colegas da oposição, havendo uma forte correlação positiva entre os votos favoráveis ao governo em matérias controversas e a execução das emendas orçamentárias propostas pelos legisladores (PEREIRA; MUELLER, 2003, p. 753-759).

É importante enfatizar que o manejo das emendas parlamentares ao orçamento não substituiu a repartição de cargos no governo entre os partidos da coalizão, como se a manipulação dos dispêndios pelo Executivo pudesse por si só assegurar sustentação legislativa, estabelecendo um controle individual de cada congressista diretamente pelo Executivo. Na verdade, o manejo da execução de emendas e a distribuição de portfólios ministeriais não são excludentes, mas complementares, articulando-se por meio dos partidos da coalizão. Essa imbricação das posições partidárias no gabinete ministerial e no Congresso no trato das emendas orçamentárias foi demonstrado por Baião, Couto e Jucá:

[...] as emendas cujo autor e ministro responsável pela dotação orçamentária são do mesmo partido apresentam grau de execução superior em comparação com aquelas em que não há o alinhamento partidário

entre os dois atores. Os ministros, portanto, parecem priorizar, dentre as emendas sob responsabilidade de seu órgão, aquelas enviadas por seus colegas de partido. Isso revela, ao mesmo tempo, uma conexão intrapartidária que se estende além das paredes das casas legislativas e uma vantagem que parceiros da coalizão desfrutavam ao controlar um ministério (BAIÃO; COUTO; JUCÁ, 2018, p. 78, grifo meu).

Consideremos os dois achados empíricos, de Pereira e Mueller (2002; 2003) e de Baião, Couto e Jucá (2018). Os primeiros autores demonstraram que a execução das emendas orçamentárias individuais apresentava forte correlação com a votação favorável a propostas do governo; os segundos constataram que os ministros priorizavam as emendas orçamentárias de seus correligionários congressuais. Nota-se que a distribuição das pastas ministeriais e a execução de emendas parlamentares ocorriam de forma articulada. Os próprios ministros atuavam como representantes das bancadas congressuais de seus partidos a partir do Executivo, sem que isso impedisse os ministérios responsáveis pela gestão financeira de atuarem também como órgãos de disciplinamento político geral da coalizão por meio do contingenciamento orçamentário das emendas – isto é, gerir o orçamento era um instrumento para gerir a coalizão.

Um Congresso mais poderoso

Esse modo de funcionamento do presidencialismo brasileiro começou a se transformar em 2015, primeiro ano do novo mandato da presidenta Dilma Rousseff. Já no começo daquele ano, com menos de dois meses do início de seu segundo governo, a mandatária dava sinais de fragilidade: o Congresso impunha repetidas derrotas ao Executivo, a economia claramente piorava, sinalizando para a vinda de uma brutal recessão, e se avolumavam mobilizações e pedidos pelo seu *impeachment* (REDAÇÃO CONJUR, 2015). Matéria publicada pelo *El País Brasil* em 14 de fevereiro relatava:

A gritaria contra a presidenta Dilma Rousseff soa isolada em ruas e redes sociais desde o dia de sua reeleição, em 26 de outubro do ano passado, mas entrou na pauta política do país com o surgimento das primeiras ramificações políticas da Operação Lava Jato, principalmente depois da denúncia de que o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, teria recebido 200 milhões de dólares em propina por meio de contratos da Petrobras. Foi nesse contexto que o jurista Ives Gandra Martins redigiu um parecer para dizer que já existe base jurídica para um pedido de impedimento da presidenta.

[...]

Os opositores do Governo resistem em defender abertamente o impeachment de Dilma Rousseff neste momento, mas, apostando no desgaste da gestão Dilma, não deixam o assunto sair do foco, e alguns deles, como o senador Ronaldo Caiado (DEM), ensaiam ir à passeata contra a presidenta marcada para 15 de março. O movimento, que conta com adesões em quinze estados, ganhou força depois que pesquisa Datafolha mostrou uma brusca queda de popularidade da presidenta Dilma Rousseff (BORGES, 2015).

E, de fato, uma grande mobilização pelo *impeachment* de Dilma ocorreu em 15 de março daquele ano, com manifestantes trajados de verde-amarelo, muitos deles bradando contra a corrupção e o comunismo, e tantos outros pedindo um golpe militar – o então deputado federal de ultradireita e futuro presidente Jair Bolsonaro já marcava presença nessas manifestações (BETIM, 2015).

Dois dias após os grandes protestos contra Rousseff, o Senado Federal promulgou a Emenda Constitucional n.º 86, tornando “impositiva a execução das emendas individuais dos parlamentares ao Orçamento da União [...]”, obrigando “o governo a executar as emendas parlamentares à lei orçamentária até o limite de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) realizada no ano anterior. Desse total, metade – ou seja, 0,6% da RCL – terá de ser aplicada na área de saúde” (SENADO FEDERAL, 2015). Essa mudança não ocorreu à toa; ela indicava a fragilidade do apoio parlamentar da presidente, que já esboroava desde o mandato anterior. Num contexto de debilidade do Executivo, o Congresso encontrou espaço não apenas para lhe impor derrotas circunstanciais, mas também para transformar de forma perene a institucionalidade definidora das relações entre os dois poderes.

A emenda fora aprovada inicialmente pelo Senado dois anos antes, em novembro de 2013, ano em que a popularidade da presidente despencou após as grandes jornadas de protesto contra o *establishment* político iniciadas em junho (ALONSO, 2023). Apesar disso, não avançou durante todo o ano eleitoral de 2014, quando Rousseff foi reconduzida ao cargo numa disputa apertada. Em fevereiro de 2015, apenas dez dias após o início da nova legislatura, a mudança constitucional foi finalmente confirmada na Câmara, que acabara de guindar à presidência da casa Eduardo Cunha (PMDB-RJ), desafeto declarado do governo petista.

A nova norma constitucional retirava da presidente e dos ministros da coalizão um instrumento de negociação e coordenação das bancadas congressuais, pois não haveria mais como condicionar a execução de emendas orçamentárias individuais à cooperação dos legisladores. A balança do poder de comando da

agenda legislativa oscilava em favor do Congresso – e não apenas conjunturalmente, mas de forma estrutural. A inapetência de Dilma Rousseff para liderar sua coalizão gerou efeitos que dificultariam a relação com o Legislativo não somente para si, mas também para futuros presidentes, que seriam privados de uma ferramenta útil a todos os seus antecessores durante a Nova República.

Após o *impeachment*, o sucessor de Dilma na presidência, Michel Temer, seu vice, teve menos dificuldades no entendimento com o Congresso. Primeiro, porque o mesmo processo de construção da maioria para derrubar a mandatária petista foi o que propiciou a montagem da base de sustentação do novo chefe de governo. Segundo, porque essa maioria, de perfil conservador, tinha com Temer afinidades programáticas bem maiores do que com sua predecessora. Terceiro, porque o novo presidente era um representante orgânico dessa maioria, composta sobretudo pelos partidos de adesão,¹ usualmente denominados como “Centrão” pela crônica política brasileira: Temer chefiara por três vezes a Câmara dos Deputados e por mais de uma década sua própria agremiação, o PMDB – principal partido de adesão à época. Quarto, porque o pemedebista, diferentemente da antecessora, era dado a dialogar com os congressistas. Levantamento do jornal *Valor Econômico* comparando as duas agendas presidenciais mostrou que, em noventa dias de governo, o novo mandatário recebeu mais parlamentares do que Dilma durante cinco anos e meio (JUBÉ; PUPO; PERES, 2016).

Assim, mesmo sem dispor da ferramenta do contingenciamento das emendas individuais para disciplinar sua base, Temer ainda contava com outros expedientes institucionais e, principalmente, desfrutava de características pessoais e condições políticas conjunturais favoráveis. Por isso, teve sucesso na aprovação de propostas importantes de sua agenda econômica, como uma reforma trabalhista e o estabelecimento – mediante emenda constitucional – de um teto de gastos públicos. De seu interesse próprio, obteve da Câmara dos Deputados por duas vezes a negativa para que fossem instaurados processos criminais contra

¹ Estipulei o conceito de partido de adesão originalmente em Couto (2010, p. 133): “Os partidos de direita no Brasil correspondem à maior parte das agremiações que podemos denominar como partidos de adesão, embora o maior dentre os partidos com esta característica seja uma organização de centro, o PMDB. Defino como partidos de adesão aquelas organizações que, carecendo de um conteúdo programático consistente e/ou de um projeto de poder autônomo no plano nacional no qual figurem como protagonistas ou parceiros preferenciais de uma agremiação mais destacada, optam então por aderir ao governo do dia, qualquer que seja sua orientação programática ou ideológica mais geral”. E cumpre acrescentar: aderem intercambiando apoio pelo acesso a recursos orçamentários e cargos públicos.

si no Supremo Tribunal Federal (AGÊNCIA BRASIL, 2018; PIOVESAN; JÚNIOR; TRIBOLI, 2017; PIOVESAN; SIQUEIRA; TRIBOLI, 2017).

Sucessor de Temer, Jair Bolsonaro seguiu uma linha distinta de todos os seus antecessores: a da abdicação do presidencialismo de coalizão. Optou por não tentar construir uma aliança partidária e, por isso mesmo, abdicou de qualquer tentativa de liderar uma coalizão legislativa no Congresso. Em vez disso, escolheu negociar com os parlamentares projeto a projeto, tentando angariar apoio mais perene junto às frentes parlamentares formadas por congressistas de partidos diversos em torno de temas particulares: Frente Parlamentar da Agropecuária (conhecida como Bancada Ruralista), Frente Parlamentar da Segurança Pública (Bancada da Bala) e Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (Bancada Evangélica) (MAIA, SOARES, GAMBA, 2019).

Como seria de se esperar, isso não funcionou, e o presidente acumulou derrotas em seu primeiro ano de governo (PORTINARI; GULLINO, 2019; SCHREIBER, 2019), batendo recordes de derrubada de vetos presidenciais e caducidade de medidas provisórias. Embora se articulem quando matérias diretamente relacionadas a seus temas específicos estejam em pauta, as frentes parlamentares – que nem sequer são mencionadas nos regimentos da Câmara e do Senado – não contam com recursos institucionais privativos dos partidos, necessários para disciplinar as bancadas e operar de forma estruturada no legislativo. Não são elas que indicam membros para comissões, negociam lugares na Mesa Diretora, participam do Colégio de Líderes ou definem a ordem do dia. Tendo exercido sete mandatos consecutivos de deputado federal, o novo presidente certamente não ignorava isso, mas ainda assim abdicou da construção de uma coalizão partidária e do papel presidencial de liderá-la.

Essa escolha de Bolsonaro abriu espaço para que novamente o Congresso avançasse sobre o vácuo de poder deixado pelo Executivo. Não à toa, em junho de 2019 o Senado promulgou a Emenda Constitucional n.º 100, tornando impositivas também as emendas orçamentárias de bancadas estaduais (SENADO FEDERAL, 2019). A proposta que lhe deu origem foi submetida em 2015, mesmo ano de aprovação da impositividade das emendas orçamentárias individuais. Apresentada num momento de fragilidade da presidência, essa outra proposta hibernou durante quatro anos para ser finalmente transformada em norma constitucional numa nova conjuntura, de um presidente incapaz de se entender com o Congresso. Desse modo, novamente a balança do poder pendia em prol do Legislativo, acentuando a mudança de equilíbrio iniciada em 2015.

E não foi tudo. Também em 2019 foi aprovada outra emenda constitucional, de n.º 105, acrescentando mais um artigo à Carta, também tratando de emendas parlamentares ao orçamento da União. Ela possibilitava a realização de

“transferências especiais” a governos subnacionais (estados e municípios) sem a celebração de convênio com o governo federal, tendo como condicionantes apenas a aplicação dos recursos em áreas de competência do ente federado e a destinação de ao menos 70% do dinheiro para despesas de capital – sem qualquer outra especificação ou exigência de prestação de contas.

O governo mudou sua estratégia em meados de 2020. Ameaçado por investigações sobre sua família e possíveis processos de *impeachment*, Bolsonaro iniciou uma aproximação com os partidos de adesão, cedendo-lhes cargos no governo. Era o fim das tentativas inócuas de buscar apoio junto às frentes parlamentares (OLIVEIRA, 2020). Era também uma guinada em relação ao *modus operandi* anterior, em que o presidente hostilizava o Legislativo e outras instituições, inclusive convocando seus apoiadores para manifestações de ataque ao Congresso (MORTARI, 2020). Embora tenha mantido e até mesmo aumentado seus ataques ao Poder Judiciário, após essa aproximação com o Legislativo Bolsonaro passou a poupar este poder de suas investidas (COUTO, 2023b).

Essa tendência se intensificou no segundo semestre daquele ano, quando Jair Bolsonaro se via ainda mais ameaçado pelo *impeachment* após a prisão de Fabrício Queiroz, antigo auxiliar dele e de Flávio, seu filho mais velho, que se encontrava foragido, escondido numa casa do advogado de sua família, Frederick Wassef (*G1 SP*, 2020). Mais do que uma base de sustentação para levar adiante sua agenda governamental, o chefe do Executivo tinha como objetivo criar um escudo de proteção contra processos criminais ou sua eventual cassação (RIBEIRO, 2020).

A preocupação do presidente era se proteger, mais do que levar adiante qualquer agenda legislativa. Por isso, Bolsonaro seguiu abdicando, sem atuar como um líder de coalizão mesmo após construir uma base congressual protetiva – deixando tal incumbência a cargo dos presidentes das duas casas do Congresso, que ganharam protagonismo cada vez maior, valendo-se de suas prerrogativas institucionais, que lhes permitiam definir a agenda legislativa e coordenar maiorias parlamentares.

A postura omissa do presidente, contudo, não se refletiu no grau de governismo do Legislativo, se medido com base nos padrões de votação da maioria dos parlamentares em propostas de interesse do Executivo. Dois levantamentos feitos à época mostravam que havia grande alinhamento entre as posições do governo e os votos de uma maioria de congressistas. O primeiro, feito pelo Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mostrava que, numa escala de governismo de 0 a 10, durante o primeiro ano de governo, 73% dos deputados e 64% dos senadores tinham notas iguais ou superiores a 7 (OLB, 2020). O segundo levantamento, do *Congresso*

em Foco, site jornalístico especializado em cobertura do Legislativo, mostrava que 62% dos deputados, filiados a doze partidos, votaram alinhados ao governo em 90% das votações nominais durante o primeiro biênio da presidência de Bolsonaro (FREY, 2020).

Como explicar essa aparente disjuntiva de um presidente que não liderava uma coalizão legislativa, mas ainda assim contava com o voto favorável de uma maioria congressional para projetos que seu governo apoiava? Responder a tal pergunta é o objetivo da próxima seção.

O governo congressional

Como apontam Barbosa, Feres Júnior e Meireles (2020) no estudo do OLB, a aprovação no Legislativo de matérias enviadas pelo Executivo ou de seu interesse se deveu sobretudo à liderança, no Congresso, dos presidentes de suas duas casas. Na Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi o principal promotor da reforma da previdência social, bem como de outras medidas importantes para a política econômica alardeada pelo então ministro da Economia, Paulo Guedes.

O presidente da Câmara se empenhou não por ser um apoiador de Bolsonaro (que o tinha como desafeto), mas por concordar com o teor das medidas. Especificamente no caso da reforma previdenciária, a proposta aprovada fora desenvolvida ainda durante o governo de Michel Temer (este, sim, aliado de Maia), e apenas não havia sido votada devido ao enfraquecimento do então chefe do Executivo por seguidos escândalos de corrupção, que culminaram nas denúncias ao STF bloqueadas pela Câmara, à época já chefiada por Maia. Este retomou uma agenda anterior e lhe deu seguimento, assumindo no Congresso a coordenação de uma coalizão economicamente liberal, de modo a ocupar a lacuna de liderança criada pela abdicação de Bolsonaro do papel de líder do processo do decisório junto ao Legislativo.

Nos termos de Barbosa, Feres Júnior e Meireles (2020):

Na reforma da previdência, houve certa convergência entre as principais lideranças do Congresso e o governo. De fato, a aprovação de reforma dessa envergadura deveu-se em grande parte ao protagonismo exercido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que articulou maioria sólida a seu favor.

O protagonismo de Maia, secundado por Davi Alcolumbre (DEM-AP) na presidência do Senado, fez com que muitos observadores se referissem ao novo padrão de relacionamento entre os poderes como “parlamentarismo branco”

(BENITES, 2019). Essa é uma definição errônea, pois, na situação brasileira, o líder da maioria parlamentar dentro do Legislativo, embora responsável por capitanear o processo decisório nesse âmbito, não ocupa posições de mando no Executivo – como ocorreria num parlamentarismo. A dinâmica aqui foi exatamente a inversa: Executivo e Legislativo, em vez de se imbricarem, afastaram-se e, diante da inoperância do presidente da República, os chefes das duas casas do Congresso capitanearam o processo decisório. É tendo em vista essa liderança congressional do processo decisório – em especial o protagonismo crescente dos chefes do poder Legislativo – que denomino tal dinâmica do presidencialismo brasileiro como “governo congressional” (COUTO, 2020; 2021b; 2023a).²

Novamente, contudo, não se trata *apenas* de uma situação circunstancial advinda da incapacidade do chefe do Executivo de liderar uma coalizão parlamentar. Embora se trate disso *também*, há mudanças institucionais que devem ser levadas em consideração: como já foi apontado, as transformações das regras orçamentárias, com a captura de uma fatia significativa do orçamento discricionário pelo Legislativo, aumentaram o poder do Congresso em detrimento do Executivo e deram aos presidentes das duas casas um papel fulcral na articulação de decisões políticas e na condução da agenda decisória.

Além da perda do poder de barganha do governo decorrente da impositividade das emendas orçamentárias individuais, parte delas passou a ser transferida pelos congressistas diretamente a governos subnacionais sem direcionamento específico, com a Emenda Constitucional n.º 105 de 2019 – modalidade depois alcunhada como “emenda Pix”, gerando opacidade e dificultando o controle do gasto público.

Porém, algo mais ocorria em relação à política orçamentária no Congresso: um colossal crescimento do gasto com emendas parlamentares durante o governo Bolsonaro (MONTEIRO, 2022). A média de custo anual delas subiu de R\$ 20,9 bilhões entre 2017 e 2019 para R\$ 45,4 bilhões entre 2020 e 2022 – 117% de aumento. Tal expansão foi gerada pelo novo uso dado às emendas do relator-geral do orçamento. De mecanismos legislativos utilizados apenas para

² Propus essa definição originalmente em Couto (2021b): “O presidente é mais caudatário de uma coalizão legislativa à qual aderiu do que o contrário. Durante o biênio de Rodrigo Maia, se falava em *parlamentarismo branco*, uma analogia imprecisa para descrever o que era, na realidade, um *governo congressional*. Nesse contexto, o Executivo, indisposto a articular uma base parlamentar e incapaz de liderar o processo legislativo, reivindicava os méritos pela aprovação de medidas que, embora convergissem com sua agenda na área econômica, eram aprovadas mais a despeito do que graças ao governo. Não à toa colheu seguidas derrotas na derrubada de vetos, caducidade de medidas provisórias e irrelevância congressional da pauta reacionária de costumes”.

pequenos ajustes na peça orçamentária, as emendas do relator se converteram num generoso manancial de recursos para congressistas direcionarem a suas bases eleitorais. Do primeiro governo Lula até Temer (2003-2018), o montante médio anual dessas emendas foi de R\$ 5,8 bilhões; com Bolsonaro, saltou para R\$ 26,2 bilhões entre 2020 e 2022 – crescimento de 351% (MONTEIRO, 2022).

Diferentemente das outras modalidades de emendas congressuais ao orçamento, as do relator-geral não eram impositivas. Porém, o volume alentado delas (que se somava ao das outras emendas) proporcionava a seu autor imenso poder de barganha junto aos demais legisladores. Tal poderio lhe permitia atuar como intermediário do governo nesta nova forma de negociação, que ganhou função análoga àquela antes reservada às emendas tornadas de execução obrigatória. Desse modo, embora o Executivo deixasse de definir o destino de um volume ainda maior de verbas orçamentárias, que passavam ao controle do Legislativo, valia-se disso para barganhar apoio parlamentar (VALFRÉ; BRENO, 2021).

Tanto assim que sua instrumentalização foi peça-chave na negociação travada para a sucessão nas presidências das duas casas do Congresso no início de 2021. Em conluio com o Palácio do Planalto, destinavam-se grandes montantes de recursos aos parlamentares comprometidos a votar nos candidatos favoritos de Bolsonaro para as presidências da Câmara (Arthur Lira, PP-AL) e do Senado (Rodrigo Pacheco, DEM-MG) (PIRES; CAMPOREZ, 2021). Iniciava-se um esquema não publicizado de direcionamento de vultosos recursos públicos de forma discricionária e opaca – depois conhecido como “orçamento secreto” (PIRES, 2021). Mediante ofícios reservados encaminhados a órgãos do Executivo, parlamentares situacionistas requeriam o direcionamento de verbas para suas bases eleitorais, gerando gastos adicionais muito superiores àqueles das emendas individuais e de bancada (SHALDERS; PIRES, 2021; VALFRÉ; SHALDERS, 2021). A esse propósito, aliás, a emenda constitucional n.º 126, de 21 de dezembro de 2022, elevou de 1,2% para 2% o limite da receita corrente líquida a ser gasto em emendas orçamentárias individuais, reforçando ainda mais o poder orçamentário independente dos congressistas.

Em sentido contrário, dois dias antes da aprovação dessa emenda constitucional, em 19 de dezembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional o uso das emendas de relator-geral na forma do “orçamento secreto” devido à falta de transparência e rastreabilidade (BBC NEWS BRASIL, 2022; STF, 2022). Em princípio essa seria uma vitória de Lula, crítico contumaz do instrumento, que seria empossado poucos dias depois. Contudo, algumas lideranças do partido do novo mandatário reconheciam que a manutenção do mecanismo poderia ser útil em negociações com o Congresso – como fora para Bolsonaro.

Presidencialismo de coalizão no governo Lula 3: política de redução de danos

O governo congressional não foi efêmero, restrito às presidências de Bolsonaro e Rousseff, presidentes incompetentes no trato com o Legislativo; ele se cristalizou institucionalmente pela mudança das regras formais, permanecendo como legado para futuros chefes do Executivo. Mesmo com a declaração da inconstitucionalidade do “orçamento secreto”, o Congresso seguia empoderado e controlando fatia significativa do orçamento discricionário da União. Ademais, a legislatura eleita em 2022 foi provavelmente a mais à direita desde 1985, início da redemocratização. Além de significativa bancada de ultradireita eleita para a Câmara e o Senado pelo Partido Liberal de Bolsonaro, havia bolsonaristas espalhados em partidos de adesão. Tudo isso tornava árduo o desafio de Lula para governar.

Contudo, diferentemente de seu antecessor e apesar das novas condições institucionais e conjunturais postas, o presidente petista, em vez de abdicar, procurou formar e liderar uma coalizão parlamentar. Sua construção começou já durante o processo eleitoral de forma restrita a partidos de esquerda unidos em torno da candidatura de Lula (PT, PSB, PCdoB, PSOL e Rede) e pequenos partidos de adesão (Solidariedade, Avante, Agir e PROS). O segundo turno não aumentou de forma relevante a aliança partidariamente; dentre agremiações relevantes, apenas PDT e Cidadania apoiaram formalmente Lula, enquanto as demais permaneceram neutras e se dividiram, com lideranças anunciando individualmente apoio a Lula ou a Bolsonaro (MOLITERNO; SAPIO, 2022).³

Após a vitória, ao montar seu ministério, Lula conseguiu ampliar a coalizão, embora excluindo os partidos de adesão que integraram sua coligação eleitoral, dado o pouco peso que tinham no Congresso. Partidos de adesão neutros no segundo turno foram incorporados desde o início: MDB, PSD e União Brasil. No segundo semestre, duas novas agremiações desse tipo foram contempladas, PP e Republicanos (CRAVO *et al.*, 2022; LOPES, 2022; RODRIGUES, 2023); ambas haviam integrado a coligação eleitoral de Bolsonaro em 2022.

³ Caso curioso foi o do Novo, partido criado com a promessa de se tornar uma agremiação liberal, mas que rapidamente rumou à ultradireita, tornando-se satélite do bolsonarismo. O partido anunciou neutralidade no segundo turno de 2022, mas, quando seu primeiro presidente e idealizador, o então candidato presidencial João Amoedo, anunciou apoio a Lula no segundo turno, por entender que Bolsonaro ameaçava a democracia, o partido o suspendeu e iniciou um processo de expulsão. Um mês depois, Amoedo se desfiliou por iniciativa própria, dizendo já não reconhecer o partido que fundara (G1, 2022; XAVIER, 2022).

Tais alianças foram importantes para que o Executivo avançasse com suas propostas mais importantes, inclusive em temas delicados, como o novo marco fiscal e a reforma tributária – que há décadas era discutida sem que prosperasse. Na política econômica havia maior convergência entre o governo e uma maioria congressual, o que não significava a aprovação das propostas em sua integralidade, sem grandes concessões. Levantamento feito pelo “Radar do Congresso”, projeto do site jornalístico *Congresso em Foco*, mostrava alinhamento com as posições do governo de 78% na Câmara e 75% no Senado até o fim de 2024 (RADAR DO CONGRESSO, 2024).

A dimensão das concessões feitas pode ser estimada pelo grau de alinhamento com o Executivo de partidos e parlamentares indiscutivelmente opositores. Admitindo-se que apenas votam com o governo quando significativas concessões são feitas, podemos tomar seu patamar de alinhamento como um piso.

Durante o primeiro biênio de Lula, a convergência média do PL bolsonarista com o governo na Câmara e no Senado era de, respectivamente, 47% e 58%. O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) votou com o governo em 41% das vezes; seu irmão senador, Flávio (PL-RJ), em 55%. Dos partidos detentores de ministérios, o que votava menos alinhado ao Executivo na Câmara era o União Brasil: 72% (menos até do que o formalmente opositor PSDB, com 76%); no Senado, o menos alinhado dos partidos com ministros era o Republicanos: 55% – mesmo índice do senador Flávio Bolsonaro (RADAR DO CONGRESSO, 2024).

É preciso decifrar o que ocorre quando agremiações parlamentares formalmente integrantes da coalizão, pois agraciadas com pastas ministeriais e outros cargos importantes da administração, votam tão pouco com o Executivo. Se é para obter tão pouco apoio, por que o presidente cede tais posições a membros desses partidos? Talvez porque o chefe de governo, ciente da impossibilidade de contar com a lealdade integral dessas agremiações, opta por uma política de redução de danos: melhor dispor de algum apoio delas, ainda que pouco, do que as ter totalmente na oposição.

Ademais, o governo precisa se ater a uma pauta legislativa minimalista: sabedor das divergências programáticas significativas com a maioria congressual, opta por levar adiante apenas temas nos quais haja mais pontos de convergência, desistindo de seguir com agendas potencialmente conflituosas e que possam levar a impasses ou a derrotas certas. Nos poucos momentos em que o Executivo se arriscou, como nas tentativas de reduzir as renúncias tributárias a determinados setores, viu-se obrigado a recuar (MÁXIMO, 2024; QUINTINO, 2024).

Transformações significativas ocorreram no sistema partidário parlamentar brasileiro com o avanço eleitoral e a consolidação da direita e da ultradireita durante o quadriênio de Bolsonaro na presidência. Os partidos de adesão se

tornaram menos aderentes do que foram até então: não são mais unicamente uma direita pragmática disposta a renunciar a preferências programáticas e ideológicas em troca de acesso a recursos orçamentários e cargos públicos; ganharam maior densidade ideológica e se tornaram menos dependentes de concessões ao Executivo como contrapartida à obtenção de recursos que, agora, controlam diretamente, graças às mudanças institucionais geradoras do governo congressional. Por isso, o presidencialismo de coalizão brasileiro, embora siga existindo, já não tem as mesmas características anteriores. São essas as condições com que Lula precisou lidar para governar.

Considerações finais

Compreender as condições de governabilidade do Lula 3 exige ter em perspectiva as significativas transformações políticas ocorridas no Brasil desde 2015. Já não é possível analisar a conjuntura política com base na concepção de presidencialismo de coalizão vigente até então sem submetê-la a revisões. Mudaram as regras do jogo no relacionamento entre Executivo e Legislativo; mudou também o sistema partidário. Surgiu uma ultradireita de dimensões relevantes, e os partidos de adesão ganharam densidade ideológica à direita, tornando-se menos disponíveis para apoiar governos em troca de recursos públicos, sem maiores preocupações com questões programáticas. Isso é ainda mais verdadeiro no caso de governos a cargo de presidentes do campo progressista, que perdem margem de manobra no âmbito programático.

Diante das maiores dificuldades com o Congresso, o governo Lula procurou se aproximar da cúpula do Judiciário – mais especificamente, do Supremo Tribunal Federal –, tentando obter pela via judicial o que não consegue pela negociação com o Legislativo. As recentes ameaças à democracia brasileira por parte da ultradireita estimularam essa aproximação, já que Lula foi eleito em 2022 como a alternativa democrática ao autoritarismo bolsonarista. Porém, essa estratégia de aproximação também tem custos não negligenciáveis e oferece riscos significativos, diante do tensionamento crescente entre o Congresso e o STF.

Em boa medida esse tensionamento ainda é o rescaldo dos enfrentamentos da Corte Suprema com a ultradireita; em parte, porém, ele se deve a desentendimentos que antecedem a ascensão do bolsonarismo e seus ataques à ordem institucional, refreados pelo Judiciário. Ao longo de anos, um Supremo Tribunal proativo na adjudicação de questões que poderiam ter sido solucionadas pelo Legislativo, bem como o ativismo individualista de algum de seus magistrados, deram razões àqueles que enxergam excessos na atuação do STF. Analistas preocupados com a defesa da democracia e o risco dos conflitos entre os poderes

têm apontado esses problemas há vários anos (ARGUELHES; RIBEIRO, 2018; GLEZER; VIEIRA, 2024; VIEIRA, 2008; VIEIRA; GLEZER; BARBOSA, 2022). Por isso, não é trivial que um Executivo premido por um Congresso empoderado e, por vezes, hostil busque no STF uma salvaguarda. Ainda mais quando ameaças à democracia não se dissiparam e a normalização da ultradireita pelos partidos de adesão segue operante.

Nota-se, assim, que o empoderamento do Congresso afeta não apenas as relações entre Executivo e Legislativo, mas também a interação desses dois poderes com o Judiciário. E é nessa interação que está o destino da democracia brasileira nos próximos anos. Em seu terceiro mandato, Lula não poderá simplesmente tentar governar como outrora, mas precisará lidar com esse problema de maior magnitude. O que está em jogo não é só *policy* ou *politics*, mas principalmente *polity*.⁴

⁴ “*Policy*” se refere a políticas públicas, as ações de governo; “*politics*”, à atividade política, o jogo do poder; e “*polity*”, à estrutura política, o sistema político ou o Estado. Adoto aqui a terminologia em inglês porque, além de ser corriqueira no debate da ciência política, na língua portuguesa não há diferenciação entre “política” como política pública ou “política” como atividade política, além de simplesmente não existir termo que corresponda a “*polity*” (derivado do grego Πολιτεία).

Bibliografia consolidada

- ABERS, R. (Org.). *Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira* [online]. Brasília: Ed. UnB, 2021.
- ABERS, R. N.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 105, p. 15-46, dez. 2018.
- ABERS, R.; ALMEIDA, D. R. et al. *1ª Oficina Participação digital de grupos historicamente excluídos: os desafios do Brasil Participativo*. Brasília: Grupo de Pesquisa Resocie; Cidade Democrática, 2024.
- ABERS, R.; ALMEIDA, D. R.; VON BÜLLOW, M. *A disputa pela democracia no Brasil: ativismos em contextos turbulentos*. Porto Alegre: Zouk, 2023.
- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, jun. 2014.
- ABERS, R.; VON BÜLLOW, M. *Ativismo digital contra o negacionismo: o caso da CPI da Covid*. Congresso Internacional da Associação Brasileira de Ciência Política. *Anais [...]*. Salvador: ABCP, 2024.
- ABRANCHES, S. H. H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.
- ABRANCHES, S. Presidencialismo de coalizão em transe e crise democrática no Brasil. *Revista Euro latinoamericana de Análisis Social y Político*, Santa Fe, v. 2, n. 3, p. 67-79, 2021.
- ABRUCIO, F. L. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 41-67, 2005.
- ABRUCIO, F. L. A singularidade da gestão educacional. *GV-executivo*, v. 17, n. 1, p. 16-19, 2018.
- ABRUCIO, F. L. Bolsonarismo e educação: Quando a meta é desconstruir uma política pública. *Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política*, v. 1, p. 255-269, 2021.
- ABRUCIO, F. L. *Os barões da federação: o poder dos governadores no Brasil pós-autoritário*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

- ABRUCIO, F. L. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ABRUCIO, F. L. *et al.* Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 663-677, jul./ago. 2020.
- ABRUCIO, F. L.; FERNANDES, G.; LOPES, A. A.; COUTO, C. G. Educação municipal como alavanca. *GV-Executivo*, v. 23, n. 3, p. e92042-e92042, 2024.
- ABRUCIO, F. L.; SEGATTO, C. I.; MARQUES, F. C. Colaboração 360 graus na educação. *GV-Executivo*, São Paulo, v. 21, n. 2, 2022.
- ADORNO, L.; MARÍN, L. 1/3 dos ministros de Lula se diz negro; n.º recorde veio de cobrança. UOL, 12 jan. 2023. Disponível online.
- AGÊNCIA BRASIL. 876 mil pessoas foram diretamente atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. *Agência Brasil*, Brasília, 12 jul. 2024a. Disponível online.
- AGÊNCIA BRASIL. Governo anuncia plano para assentar 295 mil famílias até 2026. *Agência Brasil*, Brasília, 10 abr. 2024b. Disponível online.
- AGÊNCIA BRASIL. Lula destaca atuação do STF contra o arbítrio e o retrocesso. *Agência Brasil*, Brasília, 1 fev. 2023a. Disponível online.
- AGÊNCIA BRASIL. MST cobra novo plano de assentamento de famílias sem terra. *Agência Brasil*, Brasília, 20 abr. 2023b. Disponível online.
- AGÊNCIA BRASIL. Veja fatos que marcaram os dois anos do governo Temer. *Agência Brasil*, Brasília, 15 maio 2018. Disponível online.
- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Orçamento de 2024 é sancionado com veto a R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares. *Câmara dos Deputados*, Brasília, 22 jan. 2024. Disponível online.
- AGÊNCIA GOV. Em 18 meses, Mais Médicos praticamente dobra número de profissionais. *Agência Gov*, Brasília, 11 jul. 2024a. Disponível online.
- AGÊNCIA GOV. Lula abre a 79ª Assembleia Geral da ONU. Veja íntegra e principais pontos do discurso. *Agência Gov*, Brasília, 24 set. 2024b. Disponível online.
- AGÊNCIA SENADO. Após acordo com o governo, projeto que anularia regras sobre armas sai de pauta. *Senado Notícias*, Brasília, 27 ago. 2024. Disponível online.
- AGÊNCIA SENADO. Senadores criticam pronunciamento de Bolsonaro sobre eleições. *Senado Notícias*, Brasília, 1 nov. 2022. Disponível online.
- AGÊNCIA SENADO. Transmissão da faixa ocorreu no parlatório. *Senado Notícias*, Brasília, 1 jan. 2003. Disponível online.
- AGOSTINE, C. Lula diz esperar que Bolsonaro tenha ‘sensatez’ para aceitar resultado da eleição se for derrotado. *Valor Econômico*, São Paulo, 24 out. 2022. Disponível online.
- AKERMAN, M. S. *et al.* Intersetorialidade? IntersetorialidadeS! *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4291-4300, 2014.

- ALBALA, A. Lula III: a volta da presidência “normal”? In: INÁCIO, M. (Org.). *Presidente, gabinete e burocracias: o que a nova administração Lula precisa saber*. São Paulo: Hucitec, 2023.
- ALBANO, A. O impacto federativo da reforma tributária: a emenda constitucional n.º 132/2023. *Revista Carioca de Direito*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 67-84, dez. 2024.
- ALBUQUERQUE, A. L.; LINHARES, C. Ato com Bolsonaro no 7/9 terá Malafaia “duríssimo” contra Moraes sob impulso de Musk. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 set. 2024.
- ALENCASTRO, L. F. O fardo dos bacharéis [1981]. Tradução de Antônio Flávio Pierucci. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, ed. 19, v. 3, p. 68-72, dez. 1987.
- ALESINA, A.; FAVERO, C.; GIAVAZZI, F. The Output Effect of Fiscal Consolidation Plans. *Journal of International Economics*, Elsevier, v. 96, p. S19-S42, 2015.
- ALFANO, B. De regras de quartéis a padrão estético: escolas cívico-militares são questionadas, mas ganham apoio popular. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 abr. 2024. Disponível online.
- ALMEIDA, A. *Governo presidencial condicionado: delegação e participação legislativa na Câmara dos Deputados*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Ciências Sociais, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- ALMEIDA, A. Relações Executivo-Legislativo e governabilidade à luz da crise da Covid-19. *Nota Técnica*, Rio de Janeiro, n. 34, Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2024.
- ALMEIDA, D. R. Bolsonaro (não) me representa. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 409-426.
- ALMEIDA, D. R. Beyond the dichotomy representation vs. participation. In: CORDIER, L; SINTOMER, Y. (Orgs.). *Handbook of Participatory Democracy*. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing Ltd. No prelo.
- ALMEIDA, D. R. *Representação além das eleições: repensando as fronteiras entre Estado e sociedade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- ALMEIDA, D. R. Representação como participação: os mandatos coletivos no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 31, p. 1-20, 2023.
- ALMEIDA, D. R. Representation as Participation: The Case of Collective Mandates in Brazil. In: CORDIER, L.; SINTOMER, Y. (Eds.). *Handbook of Participatory Democracy*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2018.
- ALMEIDA, M. H. T. Recentralizando a federação? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 29-40, jun. 2005.
- ALMEIDA, R. A religião de Bolsonaro: populismo e neoconservadorismo. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 409-426.

- ALMEIDA, R. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019. Disponível online.
- ALMOND, G. A. A Developmental Approach to Political Systems. *World Politics*, [Princeton], v. 17, n. 2, p. 183-214, jan. 1965.
- ALONSO, A. *Treze: a política de rua de Lula e de Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- ALTMAN, D. *Direct Democracy Worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. Disponível online.
- ALVAREZ, S. E. *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- ALVAREZ, S. E. Protesto: provocações teóricas a partir dos feminismos. *Polis*, Santiago, v. 21, n. 61, 25 jan. 2022.
- ALVAREZ, S. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 43, p. 13-56, 2014.
- ALZAMORA, G.; ARCE, T.; UTSCH, R. Acontecimentos agenciados em rede: os eventos do Facebook no dispositivo protesto. In: SILVA, R. H. A. (Org.). *Ruas e redes: dinâmicas dos protestos BR*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- AMARAL, O. E. Partidos políticos e o governo Bolsonaro. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 111-120.
- AMES, B. Electoral Rules, Constituency Pressures and Pork Barrel: Bases of Voting in The Brazilian Congress. *The Journal of Politics*, Boston, v. 57, n. 2, p. 324-343, May 1995.
- AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil: estruturas federativas e coalizões de interesses*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Ed. FGV, 2003.
- AMITRANO, C. R.; ARAUJO, M. M.; SANTOS, C. H. M. *Carta de Conjuntura*, Brasília, IPEA, n. 64, 30 set. 2024. Disponível online.
- AMORIM NETO, O. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 479-519, 2000. Disponível online.
- AMORIM NETO, O. *Presidencialismo e governabilidade nas Américas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- APIB, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. *Carta enviada ao STF*. Destinatário: Ministros do Supremo Tribunal Federal, juízes auxiliares, autoridades presentes e indígenas de todo o Brasil. [S.l.], 28 ago. 2024. 1 carta. Disponível online.
- ARAGUSUKU, H. O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. *Agenda Política*, São Carlos, v. 8, n. 1, p. 106-130, 2020.
- ARANTES, R. B. Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, fev. 1999.

- ARAÚJO, J. Relatório da ONU aponta queda de 85% na insegurança alimentar no Brasil. *Rádio Senado*, Brasília, 24 jul. 2024. Disponível online.
- ARAUJO, M. L. Brasil tem o 2º maior juro real do mundo após Selic subir a 10,75%; veja ranking. *CNN Brasil*, São Paulo, 18 set. 2024. Disponível online.
- ARAUJO, V. L. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. *Texto para Discussão sobre o Desenvolvimento*, Centro Celso Furtado, Rio de Janeiro, n. 1, jul. 2023.
- ARCOVERDE, L. Taxa de homicídio de homens negros no Brasil é quase 4 vezes maior do que a de não negros, aponta estudo. *g1*, São Paulo, 19 nov. 2022. Disponível online.
- ARESTIS, P., FERRARI FILHO, F., RESENDE, M. F., TERRA, F. A critical analysis of Brazilian Expansionary Fiscal Austerity: Why Did it Fail to Ensure Economic Growth and Structural Development? *International Review of Applied Economics*, London, v. 36, n. 1, p. 4-16, 2021.
- ARGUELHES, D. W. *O Supremo: entre o direito e a política*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2023.
- ARGUELHES, D. W.; RIBEIRO, L. M. Ministrocrazia: o Supremo Tribunal individual e o processo democrático brasileiro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 13-32, 2018.
- ARRETCHE, M. *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.
- ARRETCHE, M. *Estado Federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.
- ARRETCHE, M. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 17-26, jun. 2004. Disponível online.
- ARRETCHE, M. Um federalismo centralizado. *Blog Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, [s.n.], 25 mar. 2020.
- ARTURI, C. S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 17, p. 11-31, nov. 2001.
- AUSTIN, R.; TJERNSTRÖM, M. (Orgs.). *Funding of Political Parties and Election Campaigns*. Estocolmo: International Institute for Democracy and Electoral Assistance – International IDEA, 2003.
- AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; BARONE, L. S. Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 987-1013, 2012.
- AVRITZER, L. Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. In: AVRITZER, L.; KERSCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- AVRITZER, L. *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

- AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- AZEVEDO, V.; OLIVEIRA, T. Congresso derruba veto de Lula e recoloca diretrizes contra MST e LGBT na lei orçamentária. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 maio 2024. Disponível online.
- BAIÃO, A. L.; COUTO, C. G.; JUCÁ, I. C. A execução das emendas orçamentárias individuais: papel de ministros, cargos de liderança e normas fiscais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 25, p. 47-86, 2018.
- BAPTISTA, C. M. et al. *O estado da arte sobre o REUNI*. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU), Universidade Federal da Bahia. XIII COLOQUIO DE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICAS, *Anais [...]*. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível online.
- BARBABELA, E.; FERES, J.; MACHADO, M. Elections without Boundaries: The Use of Facebook in the 2022 Brazilian Presidential Elections. In: BÜLOW, M.; AVRITZER, L.; SANTANA, E. (Eds.). *Democracy Under Attack: Social Media and Disinformation in Brazilian Elections*. [S.l.]: Springer, 2024. p. 53-74.
- BARBERIA, L. G. et al. O efeito da rigidez das políticas de distanciamento social na mobilidade nos estados brasileiros. *Revista De Administração Pública*, v. 55, n. 1, p. 27-49, 2021.
- BARBIERI, L. F. Conheça os tipos e valores das emendas parlamentares, motivo de embate entre STF e Congresso. *g1*, Rio de Janeiro, 2024. Disponível online.
- BARBIERI, L. F.; BORGES, B. Lula faz discurso de pacificação a governadores: “precisamos garantir que a disseminação do ódio acabou”. *g1*, Rio de Janeiro, 27 jan. 2023. Disponível online.
- BARBOSA, L. Evolução institucional: o Supremo Tribunal Federal (STF) entre os demais Poderes. In: INÁCIO, M. (Org.). *Presidente, gabinete e burocracias: o que a nova administração Lula precisa saber*. São Paulo: Hucitec, 2023.
- BARBOSA, L. M.; FERES JÚNIOR, J.; MEIRELES, F. Bolsonaro e o Congresso, reinvenção ou morte do presidencialismo de coalizão? *El País*, Madrid, 6 mar. 2020. Disponível online.
- BARBOSA-FILHO, N. H. De Dilma a Bolsonaro: la política económica de Brasil de 2011 a 2019. *El Trimestre Económico*, Cidade do México, v. LXXXVII, n. 347, p. 597-634, jul./set. 2020.
- BARCELOS, C. L. K.; COUTO, L. F.; CALMON, P. P. Mudanças recentes na governança orçamentária federal: um novo regime a partir da emenda constitucional n. 95? In: COUTO, F. L.; RODRIGUES, J. M. *Governança orçamentária no Brasil*. Brasília: IPEA, 2022. p. 77-104.
- BAUER, M. W. et al. A Conceptual Framework For the Comparative Analysis of Policy Change: Measurement, Explanation, and Strategies of Policy Dismantling. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, Abingdon, v. 16, n. 1, p. 28-44, 2014.

- BAUER, M. W. *et al.* *Democratic Backsliding and Public Administration: How Populists in Government Transform State Bureaucracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.
- BAUER, M. W.; BECKER, S. Democratic Backsliding, Populism, and Public Administration. *Perspectives on Public Management and Governance*, Oxford, v. 3, n. 1, p. 19-31, 2020.
- BAUER, M. W.; KNILL, C. Understanding Policy Dismantling: an Analytical Framework. In: BAUER, M. W. *et al.* (Eds.). *Dismantling Public Policies: Preferences, Strategies, and Effects*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- BAUM, L. Judges and Their Audiences. In: EPSTEIN, L.; LINDQUIST, S. A. (Eds.). *The Oxford Handbook of U.S. Judicial Behavior*. Oxford: Oxford University Press. 2017. p. 342-359.
- BBC NEWS BRASIL. STF decide que Orçamento Secreto é inconstitucional. *BBC News Brasil*, São Paulo, 19 dez. 2022. Disponível online.
- BECHARA, V. O duro recado do novo diretor-geral da PF para o bolsonarismo. *Veja*, São Paulo, 8 fev. 2023. Disponível online.
- BEHNKEDA, E. “Não é correto ter emenda secreta”, diz Lula ao defender transparência de recursos. *CNN Brasil*, São Paulo, 16 ago. 2024. Disponível online.
- BELÉM LOPES, D. A nova política externa brasileira. *Nexo Jornal*, São Paulo, 13 jun. 2023a.
- BELÉM LOPES, D. A política exterior no ano inaugural do governo Lula III. *CEBRI-Revista*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 80-103, jan./mar. 2024a. Disponível online.
- BELÉM LOPES, D. Americanismo, antiamericanismo ou desamericanismo? In: MAGNOTTA, F. P. (Org.). *Uma parceria bicentenária: passado, presente e futuro das relações Brasil-Estados Unidos*. 1. ed. Brasília: Funag, 2024b. p. 361-376.
- BELÉM LOPES, D. Bolsonaro e as viagens internacionais. *Congresso em Foco*, Brasília, 24 set. 2022. Disponível online.
- BELÉM LOPES, D. Café e chá, por favor. *Headline*, São Paulo, 5 out. 2023b. Disponível online.
- BELÉM LOPES, D. Com Lula, o “não alinhamento ativo” ganha corpo. *Headline*, São Paulo, 17 fev. 2023c. Disponível online.
- BELÉM LOPES, D. De-westernization, Democratization, Disconnection: the Emergence Of Brazil’s Post-Diplomatic Foreign Policy. *Global Affairs*, [S.l.], v. 6, p. 1-18, 2020.
- BELÉM LOPES, D. Discordar é normal, Juracy. *Headline*, São Paulo, 3 ago. 2023d. Disponível online.
- BELÉM LOPES, D. E se Trump voltar? *Headline*, São Paulo, 21 jul. 2023e. Disponível online.
- BELÉM LOPES, D. First Washington, then Brasília. What Next? *Raisina Edit 2023*, v. 3 mar. 2023f. Disponível online.

- BELÉM LOPES, D. Latin America's Tug-of-War: The Pulls of the U.S.-China Rivalry. In: SARAN, S.; MUKHERJEE, V. (Orgs.). *Raisina Files 2025: The Reckoning: Regression or Renaissance?* 1. ed. New Delhi: ORF, 2025. p. 134-140.
- BELÉM LOPES, D. Não existe ascensão silenciosa de um país. *Headline*, São Paulo, 28 abr. 2023g. Disponível online.
- BELÉM LOPES, D. O Brasil não pratica “diplomacia do conhecimento” – e isso é grave. *Headline*, São Paulo, 31 mar. 2023h. Disponível online.
- BELÉM LOPES, D. O preto, o branco e o cinza. *Headline*, São Paulo, 26 maio 2023i. Disponível online.
- BELÉM LOPES, D. O que está por trás do flerte de Lula com Maduro. *Headline*, São Paulo, 5 jul. 2023j. Disponível online.
- BELÉM LOPES, D. O tripé macrodiplomático de Lula. *Headline*, São Paulo, 11 set. 2023k. Disponível online.
- BELÉM LOPES, D. Quem shippa a aliança Brargentina? *Headline*, São Paulo, 01 set. 2023l. Disponível online.
- BELÉM LOPES, D. Una potencia media emergente con estrategia plurilateral. In: ARGÜELLO, J. (Org.). *El desafío de los países americanos en el G20*. 1. ed. Buenos Aires: Fundación Embajada Abierta, 2024c. p. 77-91.
- BELÉM LOPES, D.; CARVALHO, T.; SANTOS, V. Did the Far Right Breed a New Variety of Foreign Policy? The Case of Bolsonaro's 'More-Bark-Than-Bite' Brazil. *Global Studies Quarterly*, Oxford, v. 2, n. 4, p. 1-14, dez. 2022.
- BELÉM LOPES, D.; GABRIEL, J. P. N. *Way More than Hedging: Lula's Brazil is Gambling High*. New Delhi: ORF, 2023. Disponível online.
- BELÉM LOPES, D.; VAZQUEZ, K. C. Brazil's Position in the Russia-Ukraine War: Balancing Principled Pragmatism While Countering Weaponized Interdependence. *Contemporary Security Policy*, London, v. 45, n. 4, p. 599-611, jun. 2024a.
- BELÉM LOPES, D.; VAZQUEZ, K. C. Peace as a Hypothetical Imperative: Brazil's Foreign Policy Standpoint on the War in Ukraine. *Global Policy Journal*, Durham, v. 15, n. 4, p. 752-756, 9 abr. 2024b.
- BELÉM LOPES, D.; VÁZQUEZ, K. C. Peace as a Hypothetical Imperative: Brazil's Foreign Policy Standpoint on the War in Ukraine. *Global Policy Journal*, Durham, 2024.
- BENETTI, P. R. Na antessala da bancada da bala: argumentos contra o Estatuto do Desarmamento (2003). *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 859-882, 2022.
- BENITES, A. Bolsonaro mede força contra o ‘parlamentarismo branco’ de Maia. *El País*, Madrid, 1 jul. 2019. Disponível online.
- BERLATTO, F. *Sociologia política da segurança pública: um estudo dos secretários estaduais*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

- BERNARDES, C. B.; BANDEIRA, C. L. Information vs Engagement in Parliamentary Websites: a Case Study of Brazil and the UK. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 24, n. 59, p. 91-107, 2016.
- BERSCH, K.; LOTTA, G. Political Control and Bureaucratic Resistance: the Case of Environmental Agencies in Brazil. *Latin American Politics and Society*, Coral Gables, v. 66, n. 1, p. 27-50, 2024.
- BERTHOLINI, F.; PEREIRA, C. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 528-550, 2017.
- BERTOLAZZI, M. Z. *Caminhos para o sucesso: a coalizão e as medidas provisórias no governo Bolsonaro*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024.
- BETIM, F. Impeachment Dilma Rousseff: um mar verde e amarelo em Copacabana pede o impeachment. *El País*, Madrid, 15 mar. 2015.
- BEZERRA, C. D. P. *et al.* Entre a desinstitucionalização e a resiliência: participação institucional no governo Bolsonaro. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 67, n. 4, p. 1-49, 2024.
- BEZERRA, C. P. *Ideologia e governabilidade: as políticas participativas nos governos do PT*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- BICHIR, R.; CANATO, P. Solucionando problemas complexos? Desafios da implementação de políticas intersetoriais. In: PIRES, R. R. C. (Org.). *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2019. p. 243-266.
- BICHIR, R.; HADDAD, A. E.; LOTTA, G. S. *et al.* Early Childhood in the City of São Paulo: The Implementation of São Paulo Carinhosa Program in Glicério. *Cadernos de Gestão Pública*, São Paulo, v. 24, p. 1-23, 2018.
- BIELSCHOWSKY, C. E. Tendências de precarização do ensino superior privado no Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 241-271, 2020.
- BILENKY, T.; TOLEDO, J. R. 2011, um ano que mudou a política brasileira. *A Hora Extra*, 20 dez. 2024. Podcast, 37 min. Disponível online.
- BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BIROLI, F.; CAMINOTTI, M. The Conservative Backlash against Gender in Latin America. *Politics & Gender*, Cambridge, v. 16, n. 1, p. E1, mar. 2020.
- BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BIROLI, F.; QUINTELA, D. F. Mulheres e direitos humanos sob a ideologia da 'defesa da família'. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.).

- Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 343-358.
- BIROLI, F.; TATAGIBA, L. Mecanismos discursivos de produção de retrocessos nas políticas de igualdade de gênero no Brasil e suas implicações para a democracia (2019-2022). 47º ENCONTRO ANUAL ANPOCS, Campinas, Unicamp, 18 out. 2023.
- BIROLI, F.; TATAGIBA, L.; ARRUDA, J. *et al.* PL do estupro e da morte de meninas e mulheres reverte norma de 1940. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2024.
- BIROLI, F.; TATAGIBA, L.; QUINTELA, D. F. Reações à igualdade de gênero e ocupação do Estado no governo Bolsonaro (2019-2022). *Opinião Pública*, Campinas, v. 30, 7 jun. 2024.
- BITTAR, P. Avança projeto que anistia presos pelo 8 de janeiro. *TV Câmara – Câmara dos Deputados*, Brasília, 8 out. 2024. Disponível online.
- BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, 2022.
- BOLOGNESI, L. As guerras da conquista. *Guerras do Brasil.doc*. [Série Documental]. Rio de Janeiro. Canal Curta! 2019. 28 min. Disponível online.
- BOOKCHIN, D.; COLAU, A. (Eds.). *Fearless Cities: a Guide to the Global Municipalist Movement*. Oxford: New Internationalist Publications Ltd., 2019.
- BORGES, R. Impeachment Dilma Rousseff: Grito de ‘impeachment’ volta a assombrar a política brasileira. *El País*, Madrid, 14 fev. 2015.
- BORTOLIN, P. A “família Bolsonaro” e a moralidade de todos: direitos humanos e a política antigênero no Governo Federal. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024.
- BOSCHI, R. Corporativismo societal, a democratização do Estado e as bases social-democratas do capitalismo brasileiro. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, v. 48, p. 1-20, 2010.
- BRANDINO, G. Atuação do TSE contra *fake news* expõe omissão do Ministério Público e esbarra em censura. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2022. Disponível online.
- BRASIL DE FATO. Mulheres voltam às ruas em São Paulo para derrotar PL da gravidez infantil. *Brasil de Fato*, São Paulo, 15 jun. 2024. Disponível online.
- BRASIL. Acesso à Informação. Presidente Lula e ministro da CGU declaram que a Lei de Acesso à Informação voltou a ser cumprida no país. *Gov.br*, Brasília, 16 nov. 2023. Disponível online.
- BRASIL. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 635. Decisão do Ministro Edson Fachin. 5 jun. 2020.
- BRASIL. Com novo PAC, Defesa investirá R\$ 53 bilhões em tecnologias estratégicas que garantem a soberania nacional. *Gov.br*, Brasília, 2023a. Disponível online.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Brasil. Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Controladoria Geral da União. CGU apresenta ao STF proposta de melhorias nas informações de emendas parlamentares no Portal da Transparência. *Gov.br*, Brasília, 25 set. 2024. Disponível online.

BRASIL. Decreto n.º 5.123. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

BRASIL. Decreto n.º 9.685. Brasília, DF: Presidência da República, 2019a.

BRASIL. Decreto n.º 9.785. Brasília, DF: Presidência da República, 2019b.

BRASIL. Decreto n.º 10.531. Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

BRASIL. Decreto n.º 10.627. Brasília, DF: Presidência da República, 2021a.

BRASIL. Decreto n.º 10.628. Brasília, DF: Presidência da República, 2021b.

BRASIL. Decreto n.º 10.629. Brasília, DF: Presidência da República, 2021c.

BRASIL. Decreto n.º 10.630. Brasília, DF: Presidência da República, 2021d.

BRASIL. Decreto n.º 10.883. Brasília, DF: Presidência da República, 2021e.

BRASIL. Decreto n.º 11.351. Brasília, DF: Presidência da República, 2023a.

BRASIL. Decreto n.º 11.477. Brasília, DF: Presidência da República, 2023b.

BRASIL. Decreto n.º 11.495. Brasília, DF: Presidência da República, 2023c.

BRASIL. Decreto n.º 11.496. Brasília, DF: Presidência da República, 2023d.

BRASIL. Decreto n.º 11.513. Brasília, DF: Presidência da República, 2023e.

BRASIL. Decreto n.º 11.615. Brasília, DF: Presidência da República, 2023f.

BRASIL. Decreto n.º 11.669. Brasília, DF: Presidência da República, 2023g.

BRASIL. Decreto n.º 11.795. Brasília, DF: Presidência da República, 2023h.

BRASIL. Discurso de Lula após receber a faixa no Planalto. 1 jan. 2023b. Disponível online.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 103, de 12 de novembro de 2019.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando Logístico. Portaria n.º 28 – COLOG, de 14 de março de 2017. Acrescenta o art. 135-A ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 mar. 2017.

BRASIL. Gabinete de Transição Governamental. Relatório final. Brasília, dez. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais. *Gov.br*, Brasília, 2024a. Disponível online.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Divulgação Especial Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro, nov. 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Síntese de Indicadores Sociais-2024: uma análise das condições de vida da população brasileira. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais, Gerência de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 2024b.

- BRASIL. Lei n.º 11.530, de 24 de outubro de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.
- BRASIL. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.
- BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.
- BRASIL. Lei n.º 13.429, de 31 de março de 2017. Brasília, DF: Presidência da República, 2017a.
- BRASIL. Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017. Brasília, DF: Presidência da República, 2017b.
- BRASIL. Lei n.º 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.
- BRASIL. Lei n.º 14.611 de 3 de julho de 2023. Presidência da República, 2023a.
- BRASIL. Lei n.º 14.663, de 28 de agosto de 2023. Presidência da República, 2023b.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fórum Nacional de Educação. *Documento final da Conferência Nacional de Educação – Conae 2024*. Brasília: MEC; FNE, 2024.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Medidas de fortalecimento da regra fiscal. *Gov.br*, Brasília, 28 nov. 2024. Disponível online.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Ministro da Fazenda comenta veto a desoneração da folha de pagamento. *Gov.br*, Brasília, 24 nov. 2023. Disponível online.
- BRASIL. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Balanço de Gestão. *Gov.br*, 2019-2022. Brasília, 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Brasil realiza mais de 544 mil cirurgias eletivas em cinco meses, com crescimento de 21% em 2024. *Gov.br*, Brasília, 2024. Disponível online.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS n.º 13, de 13 de janeiro de 2023. Disponível online.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas (PNRF). *Gov.br*, Brasília, 2024. Disponível online.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Nota à Imprensa n.º 547. Brasil entrega à ONU nova NDC alinhada ao Acordo de Paris. *Gov.br*, Brasília, 13 nov. 2024. Disponível online.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil. *Gov.br*, Brasília, 2023.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. NDC: Ambição climática do Brasil. *Gov.br*, Brasília, 2024. Disponível online.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Fruto da participação e do diálogo, PPA 2024-2027 é sancionado sem vetos pelo presidente Lula. *Gov.br*, Brasília, 11 jan. 2024. Disponível online.

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. 2º relatório de transparência e igualdade salarial. *Gov.br*, Brasília, 18 set. 2024a.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Balanço MTE 2023. [S.l., s.d.].
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria MTE n.º 1.259, de 26 de julho de 2024. *Gov.br*, Brasília, 2024b.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria MTE n.º 3.665, de 13 de novembro de 2023. *Gov.br*, Brasília, 2023a.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria MTE n.º 3.747, de 4 de dezembro de 2023. *Gov.br*, Brasília, 2023b.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria MTE n.º 671, de 8 de novembro de 2021. *Gov.br*, Brasília, 2021.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Portaria MTP n.º 1.259, de 26 de julho de 2024. *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 jul. 2024. Disponível online.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Portaria MTP n.º 3.665, de 13 de novembro de 2023, *Diário Oficial da União*, Brasília, 14 nov. 2023a. Disponível online.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Portaria MTP n.º 3.747, de 4 de dezembro de 2023, *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 dez. 2023b. Disponível online.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Portaria MTP n.º 671, de 8 de novembro de 2021, *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 nov. 2021. Disponível online.
- BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. Governo Federal anuncia a homologação de mais três Terras Indígenas *Gov.br*, Brasília, 4 dez. 2024a. Disponível online.
- BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. Ministério dos Povos Indígenas: a concretização da presença indígena no Estado brasileiro. *Agência Gov*, Brasília, 19 abr. 2024b. Disponível online.
- BRASIL. PNE. Nota técnica da campanha pelo direito à educação. Análise comparada da Lei n.º 13.005/2014 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, das proposições da Conferência Nacional de Educação 2024 e do Projeto de Lei n.º 2.614/2024, enviado pelo Ministério da Educação para o Congresso Nacional, 2024. Disponível online.
- BRASIL. Planalto. Governo retoma oito conselhos como ferramenta de participação social. *Gov.br*, Brasília, 11 abr. 2023a. Disponível online.
- BRASIL. Planalto. Lula cria Conselho de Participação Social e reabre diálogo com movimentos sociais. *Gov.br*, Brasília, 31 jan. 2023b. Disponível online.
- BRASIL. Planalto. Lula critica onda de fake news sobre a tragédia no Rio Grande do Sul. *Gov.br*, Brasília, 7 maio 2024. Disponível online.
- BRASIL. Planalto. Presidente assina medidas pela igualdade racial neste 20 de novembro. *Gov.br*, Brasília, 20 nov. 2023c. Disponível online.
- BRASIL. Planalto. Presidente Lula fortalece parceria com municípios em reunião com CNM. *Gov.br*, Brasília, 14 jun. 2023d. Disponível online.
- BRASIL. Projeto de Lei Complementar n.º 12 de 2024a.

- BRASIL. Projeto de Lei n.º 2762 de 2024. Brasília, 2024b.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. Presidente Lula não ordenou o fim do Congresso Nacional com decreto de participação social. *Gov.br*, 25 abr. 2023. Disponível online.
- BRASIL. Secretaria de Relações Institucionais. Repasse do governo federal para municípios cresce 13% em 2024, na comparação com o mesmo período de 2023. *Gov.br*, 12 mar. 2024. Disponível online.
- BRASIL. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Decreto n.º 11.496, de 19 de abril de 2023a. *Gov.br*. Disponível online.
- BRASIL. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Decreto n.º 11.477, de 6 de abril de 2023b. *Gov.br*. Disponível online.
- BRASIL. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Decreto n.º 11.669, de 28 de agosto de 2023c. *Gov.br*. Disponível online.
- BRASIL. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Projeto de Lei Complementar n.º 12, de 2024. *Gov.br*, 2024.
- BRASIL. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Decreto n.º 11.513, de 1º de maio de 2023d. *Gov.br*. Disponível online.
- BRASIL. Secretaria-Geral. Calendário das Conferências Nacionais: realizadas e em processo de organização. *Gov.br*, 24 nov. 2023. Disponível online.
- BRASIL, M. PGR defende que verbas obtidas pelo Judiciário devem ficar fora do limite do arcabouço. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 dez. 2024. Disponível online.
- BRAVO, M. I. S.; PELAEZ, E. J.; DE MENEZES, J. S. B. A Saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências. *SER Social*, v. 22, n. 46, p. 191-209, 2020.
- BRENCK, C. *et al.* Considerações sobre o regime fiscal sustentável e a importância do investimento público para seu funcionamento. *Notas de Política Econômica Made-USP*, 2023. Disponível online.
- BRENCK, C. Z.; RIBEIRO, R. S. M. Why so high? The institutional challenges of Brazil's interest rate policy. *Phenomenal World*, [New York], 2024.
- BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.
- BRUNO, F.; ROQUE, T. A ponta de um iceberg de desconfiança. In: BARBOSA, M. (Org.). *Pós-verdade fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- BUCCI, M. P. D. As ações afirmativas no Supremo Tribunal Federal: conexões entre direito e política na difícil promoção da equidade racial no Brasil. *A&C: Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Curitiba, v. 21, n. 83, p. 51-74, 2021.
- BURITY, J. A cena da religião pública: contingência, dispersão e dinâmica relacional. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 102, p. 89-105, jul. 2015.
- BURITY, J. El Pueblo evangélico. Construcción hegemónica, disputas minoritarias y reacción conservadora. *Encartes Antropológicos*, [S.l.], v. 3, n. 6, p. 1-35, 2020.

- BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CÂMARA FEDERAL. *Parecer de plenário pela comissão especial*. Substitutivo aos projetos de Lei n.º 5.791 de 2019 e n.º 2.762 de 2024.
- CAMARARO, A. A.; FERNANDES, D. Famílias: espaços de cuidados e espaços a serem cuidados. In: CAMARARO, A. A.; PINHEIRO, L. *Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2023. p. 141-181.
- CAMARGO, S. Liberdade de expressão, proporcionalidade e o desafio da moderação judicial no mundo digital. *OAB*, São Paulo, 11 set. 2024. Disponível online.
- CAMPOS, L. A. “Um só povo, uma só raça”: a questão racial nos dois primeiros anos de Bolsonaro. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- CAMPOS, L. A., HIRSCHLE, J.; LIMA, M. *et al.* As ações afirmativas no ensino superior deram certo? O que as pesquisas dizem. *Nexo Políticas Públicas*, São Paulo, 25 de outubro de 2023. Disponível online.
- CAMPOS, L. A.; HIRSCHLE, J. Lei de cotas nos concursos públicos potenciais. *Nota Técnica*, Movimento Pessoas à Frente, Rio de Janeiro, 2024.
- CAMPOS, L. A.; LIMA, M. (Orgs.). *O Impacto das Cotas: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.
- CAMURÇA, M.; BRUM, A.; SILVEIRA, E. Todos os caminhos levam a Roma e a Casa Branca: os fluxos da direita religiosa católica para o Brasil a partir dos EUA de Trump e do entorno tradicionalista do Vaticano. *Ciencias Sociales y Religión*, Campinas, v. 23, 2021.
- CAMURI, P.; JAYME JR., F. G.; HERMETO, A. Fiscal consolidation in developed and emerging economies – Consolidação fiscal em economias desenvolvidas e emergentes. *Nova Economia*, n. esp. 25, 2015.
- CANAVARRO, M. *Political Mobilization in Brazil from 2013 to 2017: a Technopolitical Analysis Using Surveys and Social Network Data Mining*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Porto, 2019.
- CARAZZA DOS SANTOS, B. *Interesses econômicos, representação política e produção legislativa no Brasil sob a ótica do financiamento de campanhas eleitorais*. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- CAREY, J. M.; SHUGART, M. S. *Executive decree authority*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- CARLUCCI, M. À CNN, Lula cobra que Musk não use fake news e trate países com respeito. *CNN Brasil*, São Paulo, 8 nov. 2024. Disponível online.
- CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. Desafios da intersectorialidade nas políticas públicas de Saúde e Assistência Social: uma revisão do estado da arte. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1265-1286, 2017.

- CARNEIRO DA CUNHA, M. *et al.* *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. São Paulo: SBPC, 2021. Disponível online.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Paz entre agronegócio e direitos indígenas? Acabar com as ilegalidades é necessário, mas não suficiente. *Revista piauí*, Rio de Janeiro, v. 172, jan. 2021. Disponível online.
- CARREGOSA, L.; RESENDE, T. Com derrubada de vetos, Congresso recupera R\$ 4,3 bilhões em emendas de comissão. *g1*, 22 maio 2024. Disponível online.
- CARTACAPITAL. Em São Paulo, Lula acena para a frente ampla: “Não será um governo do PT”. *CartaCapital*, São Paulo, 24 out. 2022. Disponível online.
- CARVALHO, L. P. A SPM e as políticas para as mulheres no Brasil: saltos e sobressaltos em uma institucionalização das demandas das agendas feministas. In: MATOS, M.; ALVAREZ, S. E. (Orgs.). *Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil: o feminismo estatal participativo brasileiro*. Porto Alegre: Zouk, 2018. p. 87-138.
- CARVALHO, P. D. Sindicalismo rural na virada do Brasil à direita: ação pública e semipública. *Debates em Sociologia*, n. 58, p. 10-37, 10 jun. 2024.
- CARVALHO, P. D.; NATALUCCI, A.; SOMMA, N. M. (Eds.). *Protestas, democracia y desigualdades en el Cono Sur*. Buenos Aires: Prometeo, 2024.
- CARVALHO, P.; ZANANDREZ, P. *Desafios da reconstrução da participação no Brasil: análise do PPA Participativo 2024-2027*. Brasília: ENAP Programa Cátedras Brasil, 2024.
- CARVALHO, S. Mercado de trabalho: retrato dos rendimentos do trabalho. Resultados da PNAD contínua do segundo trimestre de 2024. *Carta de Conjuntura n. 64. Nota de Conjuntura 12*. set. 2024.
- CASTIGLIONE, D.; WARREN, M. E. Rethinking Democratic Representation: Eight Theoretical Issues, *Unpublished Manuscript*, 2006.
- CASTRO, A. P. *et al.* “Orçamento secreto”: dados entregues ao STF não garantem transparência, dizem especialistas. *g1*, 11 maio 2022. Disponível online.
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Panorama Social de América Latina y el Caribe 2024: desafíos de la protección social no contributiva para avanzar hacia el desarrollo social inclusivo*. Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, p. 1-7, 31 dez. 2024. Disponível online.
- CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Orgs.). *Atlas da violência 2020*. Brasília: IPEA, 2020.
- CERVI, E.; ALCANTARA, N. S. Evangélicos dissidentes: perfil dos evangélicos que “abandonaram” o bolsonarismo entre as eleições presidenciais de 2018 e 2022. In: *48º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais*, Campinas, 2024.
- CESARINO, L. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu, 2022.

- CHERNAVSKY, E.; DWECK, E.; TEIXEIRA, R. A. Descontrole ou inflexão? A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. *Economia e Sociedade*, v. 29, n. 3, set./dez 2020. p. 811-834.
- CLAM. Por que o gênero assusta tanto? *Notícias CLAM*, Rio de Janeiro, 2014.
- CNN BRASIL. “Devemos dizer ‘eu te amo’ todos os dias para democracia”, diz Aras. *CNN Brasil*, São Paulo, 1 fev. 2023. Disponível online.
- CNN BRASIL. Entenda o que são as “emendas Pix”, alvo de impasse entre Congresso e Judiciário. *CNN Brasil*, São Paulo, 15 ago. 2024. Disponível online.
- CNN BRASIL. Grupos fazem atos antidemocráticos e pedem intervenção militar diante de quartéis. *CNN Brasil*, São Paulo, 2 nov. 2022a. Disponível online.
- CNN BRASIL. Projeto comprova. Saiba o que é e como funciona o orçamento secreto. *CNN Brasil*, São Paulo, 7 set. 2022b. Disponível online.
- COLEMAN, S.; BLUMER, J. G. *The Internet and Democratic Citizenship: Theory, Practice, and Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- COLETTA, R. D.; HOLANDA, M. Lula faz novo aceno e defende “liberdade religiosa” em encontro com emissário do papa. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 8 abr. 2024. Disponível online.
- COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA. *Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil, Lula e Alckmin, 2023-2026*. Brasília, ago. 2022a. Disponível online.
- COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA. Programa de governo da coligação “Brasil da Esperança”. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022b. Disponível online.
- CONGRESSO EM FOCO. Maioria dos ônibus de 8 de janeiro veio do Sul ou do Sudeste, diz relatório da ABIN. *Congresso em Foco*, 9 jan. 2024a.
- CONGRESSO NACIONAL. *Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023*. [S.l., s.d.].
- CONGRESSO NACIONAL. Manual de Emendas. *Orçamento da União para 2024 PLN n.º 29/2023*. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Nov. 2023. Disponível online.
- CONJUR – Consultor Jurídico. *Diretor-geral da PF defende Lei Orgânica que impeça candidaturas de agentes*. 2 de out. 2023. Disponível online.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). 78 dos municípios que sediam escolas médicas não possuem a infraestrutura adequada para a formação dos profissionais. In: *Radiografia das Escolas Médicas*. Conselho Federal de Medicina, 21 maio 2024.
- COOPER, M. *Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*. New York: Zone Books, 2017.
- CORRALES, J. Understanding the uneven spread of LGBT rights in Latin America and the Caribbean, 1999-2013. *Journal of Research in Gender Studies*, v. 7, p. 52-82, 1 jan. 2017.

- CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, 2018.
- CORREIO BRAZILIENSE. Lula restabelece 8 conselhos do governo com participação da sociedade civil. *Correio Braziliense*, 7 abr. 2023. Disponível online.
- CORTEZ, A. C. S.; LOTTA, G. S. Arranjos institucionais e capacidades estatais em nível subnacional: a política de educação em direitos humanos de São Paulo. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 27, n. 86, p. 1-19, 2022.
- COSTA, A. C. O reino e o poder de Celso Amorim. *Revista piauí*, Rio de Janeiro, n. 206, p. 18-28, 2023.
- COSTA, A. T. M. (Ed.). O papel dos municípios na segurança pública. *Revista Política e Cultura*, Brasília, 2020.
- COSTA, A. T. M. O bolsonarismo nas polícias. Retrospectiva 2021. *Fonte Segura*, 2021.
- COTTEY, A.; EDMUNDS, T.; FORSTER, A. The second generation problematic: rethinking democracy and civil-military relations. *Armed Forces & Society*, v. 29, n. 1, p. 31-56, 2002.
- COUTINHO, M. Um ano depois do 8 de janeiro, militares não sofrem punições significativas da Justiça. *Brasil de Fato*, São Paulo, 8 jan. 2024.
- COUTINHO, P. *et al.* Vai na fé! O impacto eleitoral do crescimento dos evangélicos. *Mar Asset Management*, Rio de Janeiro, 16 jan. 2025.
- COUTO, C. G. A necessidade de um governo de reconstrução nacional. *Interesse Nacional*, São Paulo, v. 16, n. 60, p. 11-19. jan./mar. 2023a.
- COUTO, C. G. Bolsonaro e o presidencialismo de desarrumação. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 mar. 2020.
- COUTO, C. G. Do governo-movimento ao pacto militar-fisiológico. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021a.
- COUTO, C. G. Eleição Câmara e Senado: Quando o rabo abana o cachorro, ou a eterna volta do Centrão que nunca se foi. *El País*, Madrid, 2 fev. 2021b.
- COUTO, C. G. Hacia el centro: el PT y el gobierno de Lula en Brasil. *Temas y Debates: Revista Universitaria de Ciencias Sociales*, Rosario, v. 14, n. 20, p. 125-139, out. 2010.
- COUTO, C. G. O Brasil de Bolsonaro: uma democracia sob estresse. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 28, 2023b.
- CRAVO, A. *et al.* Lula completa ministério com nove partidos, mais do que 2002 e 2006, e mantém PT em postos-chave. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 dez. 2022.
- CROTTY, J. The Great Austerity War: What Caused the US Deficit Crisis and Who Should Pay to It? *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, n. 36, p. 79-104, 2012.
- CRUZ, M. C. M. T.; MARCONDES, M. M.; FARAH, M. Intersetorialidade e transversalidade: análise do Brasil Carinhoso (2012-2015). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 54, 2024.

- CUNHA, M. L.; BERGAMIN, J.; TELÉSFORO, J. *et al.* As emendas parlamentares e a disputa do orçamento em um contexto de austeridade fiscal. *Nota de Política Econômica*, São Paulo, n. 59, 11 nov. 2024.
- D'AGOSTINO, R. Augusto Aras e André Mendonça já defenderam legalidade do inquérito das *fake news*. *g1*, 27 maio 2020. Disponível online.
- DA ROS, L.; TAYLOR, M. Accountability na Era Bolsonaro: continuidades e mudanças. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 187-203.
- DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J. F.; CAMPOS, L. A. C. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, 2013.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DAHL, R. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- DE OLHO NO LIVRO DIDÁTICO. 2018. Disponível online. Acesso em: 17 abr. 2025.
- DE SA E SILVA, F. Autocratic legalism 2.0. *Verfassung und Recht in Übersee/Law and Politics in Africa, Asia and Latin America*, v. 55, n. 4, p. 419-440, 2022a.
- DE SA E SILVA, F. Law and illiberalism: a sociolegal review and research road map. *Annual Review of Law and Social Science*, v. 18, n. 1, p. 193-209, 2022b.
- DECCACHE, D. Governo Lula 3: continuidade ou ruptura? *Revista Movimento*, p. 45-46, 2024.
- DEHEZ, P. *Game Theory for the Social Sciences*. Springer Series in Game Theory, 2024.
- DELLA PORTA, D. *et al.* *Movement Parties Against Austerity*. Cambridge: Polity Press, 2017.
- DIEESE. A Reforma Trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil. *Nota Técnica*, Rio de Janeiro, n. 178, maio 2017.
- DIEESE. Algumas questões sobre o FGTS e o FAT. *Síntese Especial*, [S.l.], n. 11, 28 set. 2022.
- DIEESE. Reformas trabalhista e da previdência podem aumentar exclusão previdenciária e reduzir densidade contributiva. *Nota Técnica*, Rio de Janeiro, n. 207, jun. 2019.
- DIEESE. Salário-mínimo de R\$ 1.412,00 em 2024. *Nota Técnica*, Rio de Janeiro, n. 281, dez. 2023.
- DIONÍZIO, P. M. *Para que serve a EBC? A configuração de um problema público a partir do desmonte da Empresa Brasil de Comunicação*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.
- DISCH, L. *Making Constituencies: Representation as Mobilization in Mass Democracy*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2021.

- DOCA, G. Terreiros acusam Anielle Franco de ‘descaso total’ em carta a Lula; ministério diz que será lançada política para o grupo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 out. 2024. Disponível online.
- DORNELAS, L. N. D.; PINTO, É. G. Imbróglcio fiscal-monetário no Brasil. *Consultor Jurídico*, 3 set. 2024.
- DORNELAS, L. N. D.; TERRA, F. H. B. *Selic: o mercado brasileiro de dívida pública*. Campinas: Alínea, 2021.
- DUARTE, G. R.; CARVALHO, L.; BELÉM LOPES, D. The Rise and Decline of Brazil as a Peacekeeper. *Revista Brasileira de Política Internacional*, São Paulo, v. 68, n. 1, p. e001, 2025.
- EDUARDO, F. L. *Committed Brokers: a união entre prefeitos e deputados no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- ENGELMANN, F.; MENUZZI, E. M. The internationalization of the Brazilian Public Prosecutor’s Office: anti-corruption and corporate investments in the 2000s. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 1-35, 2020.
- ENGELMANN, F.; MENUZZI, E. M.; PILAU, L. B. International connections within the national government: Brazilian public legal careers and international circulation (2008-2018). *Crime, Law and Social Change*, v. 79, p. 627-642, 2023.
- EVANGELISTA, A. C.; TEIXEIRA, J.; REIS, L. O que querem as mulheres evangélicas nesta eleição? *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 ago. 2022. Disponível online.
- FAGUNDES, A. L. *A Polícia Federal e o combate à corrupção: transformação discursiva e mudança institucional endógena*. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
- FAGUNDES, A. L.; MADEIRA, L. A Polícia Federal e o Governo Bolsonaro: duas décadas de desenvolvimento e dois anos de ataques e resistências. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- FARIA, C. A. P.; CASARÕES, G.; BELÉM LOPES, D. A política externa do governo Bolsonaro: refundação, resistências e resiliência. In: FARIA, C. A. P.; LIMA, L. L. (Org.). *As políticas públicas do governo Bolsonaro: desmonte, resiliência e refundação*. 1. ed. Porto Alegre: Jacarta Produções, 2024. p. 225-252.
- FARIA, C. A.; LIMA, L. (Orgs.). *As políticas públicas do governo Bolsonaro: desmonte, resiliência e refundação*. Porto Alegre: Jacarta Produções, 2024.
- FAVATO, M. N.; RUIZ, M. J. F. R. REUNI: política para a democratização da educação superior. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 12, n. 2, 2018, p. 448-463.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: Relatório 2023*. Brasília: Fenaj, 2024.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS (FENAPEF). *Ronaldo Bento é o primeiro agente de Polícia Federal a se tornar ministro*. 31 mar. 2022. Disponível online.

- FERES JÚNIOR, J. *Cerco midiático: o lugar da esquerda na esfera “publicada”*. Friedrich-Ebert-Stiftung, out. 2020.
- FERES JÚNIOR, J.; BARBABELA, E. A retórica da equivalência na imprensa brasileira. *Manchetômetro*, Série M, Rio de Janeiro, 25 set. 2020.
- FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V. T.; CAMPOS, L. A. C. Lula’s Approach to Affirmative Action and Race. *NACLA Report on the Americas*, New York, v. 44, n. 2, p. 34-37, 2011.
- FERES JÚNIOR, J.; SCHAEFER, B. M.; BARBABELA, E. Redefining the Communication Dynamics in Bolsonaro’s Brazil: Media Consumption and Political Preferences. *Social Sciences*, [S.l.], v. 13, n. 5, 245, abr. 2024. Disponível online.
- FERIGATO, S; FERNANDEZ, M.; AMORIM, M. The Brazilian Government’s mistakes in responding to the COVID-19 pandemic. *The Lancet*, London, v. 396, n. 10263, p. 1636, 2020.
- FERNANDES, R. C.; CAMPOLINA, B.; SILVEIRA, F. G. Imposto de renda e distribuição de renda no Brasil. *Texto para discussão – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, Brasília, 2019.
- FERNANDES, R. D. *Desmonte seletivo: a manutenção dos colegiados da área econômica no governo Bolsonaro*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.
- FERNANDEZ, M.; FERNANDES, L. M. M.; AMORIM, M. M. R. Total Criminalisation of Abortion is a Threat to Sexual and Reproductive Health in Brazil. *BMJ*, v. 10, n. 388, 2025.
- FERNANDEZ, M.; KLITZKE, D. Reflexões sobre o novo financiamento da Atenção Primária à Saúde. *Nexo Jornal*, São Paulo, 2024.
- FERNANDEZ, M.; PELLANDA, A. *Austeridade e políticas sociais no Governo Temer: um panorama sobre as políticas de saúde e educação*. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2018.
- FERNANDEZ, M.; PINTO, H. Estratégia intergovernamental de atuação dos estados brasileiros: o Consórcio Nordeste e as políticas de saúde no enfrentamento à Covid-19. *Revista Saúde em Redes*, São Leopoldo, v. 6, supl. 2, p. 7-21, 2020.
- FERREIRA, S. Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em outubro de 2024, *Boletim de Conjuntura, IPEA*, novembro de 2024.
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: MELO, C. R. (Org.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 147-198.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Processo orçamentário e comportamento Legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 737-76, 2005.

- FILGUEIRAS, L.; SENA JÚNIOR, C. Z.; FELIPE MIGUEL, L. O terceiro Governo Lula: limites e perspectivas. *Caderno CRH*, Salvador, v. 36, 2023.
- FITCH, S. J. Military attitudes towards democracy in Latin America. How do we know if anything has changed? In: *Civil-Military Relations in Latin America. New Analytical Perspectives*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2001.
- FOGO CRUZADO. Relatório Anual, 2024. Disponível online.
- FOLHA DE S.PAULO. Bolsonaro ameaça STF de golpe e diz que só sai morto da Presidência. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 8 set. 2021a.
- FOLHA DE S.PAULO. Lula se irrita com MST e teme desgaste; governo avalia que invasões atrasam reforma agrária. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 abr. 2023.
- FOLHA DE S.PAULO. Na Paulista, Bolsonaro repete ameaças golpistas ao STF e diz que “canalhas” nunca irão prendê-lo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 set. 2021b.
- FONSECA, M.; ALMEIDA, D. R. Outra face da interação: coletivos de comunicação das periferias e o Estado. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 229-254, 2024.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022)*. São Paulo: FBSP, 2023.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023)*. São Paulo: FBSP, 2024.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível online.
- FRANZESE, C.; ABRUCIO, F. L. Efeitos recíprocos entre Federalismo e Políticas Públicas no Brasil: os casos dos sistemas de saúde, de assistência social e de educação. In: HOCHMAN, G.; FARIA, C. A. P. (Orgs.). *Federalismo e políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013. p. 361-386.
- FRAZÃO, F. Quem é Ricardo Barros, líder do governo apontado no caso da vacina Covaxin. *CNN BRASIL*. São Paulo, 26 jul. 2021.
- FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA). *Todos os membros*. 2025. Disponível online.
- FREY, J. Exclusivo: os 12 partidos que formam a base fiel do governo na Câmara. *Congresso em Foco*, 30 set. 2020. Disponível online.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1962.
- G1 SP. Fabrício Queiroz estava na casa do advogado Wassef havia cerca de um ano, disse caseiro a delegado. *g1*, 18 jun. 2020. Disponível online.
- G1. Amoêdo anuncia desfiliação do Novo e diz que partido que ajudou a fundar “não existe mais”. *g1*. 25 nov. 2022. Disponível online.
- G1. Após reunião, Lula caminha com governadores e ministros até o Supremo Tribunal Federal. *g1*, 9 jan. 2023a. Disponível online.

- G1. Atos golpistas: o que a ABIN rastreou sobre financiadores e novas tentativas de ataques. *g1*, 20 jul. 2023b. Disponível online.
- G1. Em ato na Paulista, Bolsonaro defende anistia para presos do 8 de janeiro. *g1*, 25 fev. 2024. Disponível online.
- G1. JORNAL NACIONAL. Jair Bolsonaro (PL) é entrevistado no Jornal Nacional. Veja íntegra. *g1*, 22 ago. 2022a. Disponível online.
- G1. JORNAL NACIONAL. Jornal Nacional entrevista Lula, candidato do PT à Presidência da República. *g1*, 25 ago. 2022b. Disponível online.
- G1. Saiba quem são os representantes do povo brasileiro que entregaram a faixa para Lula. *g1*, 1 jan. 2023c. Disponível online.
- GADELHA, I; ZUCCHI, G. O que está por trás da decisão de Lira de atrasar o PL da Anistia. *Metrópoles*, Brasília, 29 out. 2024. Disponível online.
- GALISI, J. Genial/Quaest: Lula teria 32% dos votos se eleição fosse hoje, Marçal, 18% e Tarcísio, 15%. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 out. 2024. Disponível online.
- GALLEGO, E. S. (Ed.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- GHERMAN, M. *O não judeu judeu: a tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo*. São Paulo: Fósforo, 2022.
- GIAVAZZI, F.; PAGANO, M. Can severe fiscal contractions be expansionary? Tales of two small European countries. *NBER Macroeconomics Annual*, p. 95-122, 1990.
- GILES, M. W.; BLACKSTONE, B.; VINING JR, R. L. The Supreme Court in American democracy: unraveling the linkages between public opinion and judicial decision making. *The Journal of Politics*, Boston, v. 70, n. 2, p. 293-306, 2008.
- GIOVANELLA, L. *et al.* A provisão emergencial de médicos pelo Programa Mais Médicos e a qualidade da estrutura das unidades básicas de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 9, p. 2697-2708, 2016.
- GIRAUDY, A.; MONCADA, E.; SNYDER, R. (Eds.). *Inside countries: subnational research in comparative politics*. New York: Cambridge University Press, 2019.
- GLEZER, R.; BARBOSA, A. L. P. *Resiliência e deslealdade constitucional: uma década de crise*. São Paulo: Contracorrente, 2023.
- GLEZER, R.; VIEIRA, O. V. A supremocracia desafiada. *REI – Revista de Estudos Institucionais*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 248-269, 2024.
- GOBETTI, S.; ORAIR, R. O. *Progressividade tributária: a agenda esquecida*. XX Prêmio Tesouro Nacional, 2015.
- GOBETTI, S.; ORAIR, R. O.; MONTEIRO, P. K. Impactos redistributivos (na Federação) da reforma tributária. *Nota Técnica*, Rio de Janeiro, v. 17, 2023.
- GÖHLER, G. Political Representation: Reconsidered. *Les Cahiers du CEVIPOF*, Février, n. 57, 2014, p. 13-40.
- GOIS, A. A redemocratização fez bem à Educação, *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 mar. 2025. Disponível online.

- GOMES, B. Avaliação negativa do governo Lula cresce e chega a 37%, diz Quaest. *UOL*, São Paulo, 27 jan. 2025. Disponível online.
- GOMES, N. L.; SILVA, P. V. B.; BRITO, J. E. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, 2021.
- GOMIDE, A. Á.; SILVA, M. M. S.; LEOPOLDI, M. A. (Orgs.). *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)*. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023a.
- GOMIDE, A. Á.; SILVA, M. M. S.; LEOPOLDI, M. A. Políticas públicas em contexto de retrocesso democrático e populismo reacionário: desmontes e reconfigurações. In: GOMIDE, A. Á.; SILVA, M. M. S.; LEOPOLDI, M. A. (Orgs.). *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)*. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023b. p. 13-42.
- GOODWIN, J.; JASPER, J. M. Caught in a Winding, Snarling Vine: The Structural Bias of Political Process Theory. *Sociological Forum*, New York, v. 14, p. 27-54, 1999.
- GORSKI, P. S.; PERRY, S. L. *The Flag and the Cross: White Christian Nationalism and the Threat to American Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2022.
- GOULIOURAS, N. *Direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos: as ofensivas antigênero no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas, Belo Horizonte, 2021.
- GRIN, E. J.; DEMARCO, D. J.; ABRUCIO, F. L. (Orgs.). *Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2021.
- GUERRA, M. F. L.; CAMARGOS, R. C. M. Reforma trabalhista e previdenciária: o desmonte da regulação das relações de trabalho e da seguridade social. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- GUIMARÃES, A. R. S.; BRAGA, R. J. Prefácio. In: PERLIN, G.; SANTOS, M. L. (Orgs.). *Presidencialismo de coalizão em movimento*. Brasília: Edições Câmara, 2019. p. 11-13.
- GUIMARÃES, J.; CRUZ, C. E. Neoliberalismo e ciência política: contribuições teóricas sobre a crise da democracia. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 24, 2021.
- GURZA LAVALLE, A.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Interações socioestatais e a política nas políticas públicas. In: ELIAS, V. (Org.). *Perspectivas analíticas de políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, no prelo.
- GURZA LAVALLE, A.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 43-66, 2006.
- GURZA LAVALLE, A.; SZWAKO, J. Social Movements and Modes of Institutionalization. *The Oxford Handbook of Latin American Social Movements*. Oxford University Press, p. 777-794, 2023.

- GUSTÁ, A. L.; MADERA, N.; CAMINOTTI, M. Governance Models of Gender Policy Machineries Under Left and Right Governments in Latin America. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, Oxford, v. 24, n. 4, Winter, p. 452-480, 2017.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre a facticidade e a validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HALL, M. E. K. *The Nature of Supreme Court power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- HALL, M. E. K. The Semiconstrained Court: Public Opinion, the Separation of Powers, and the US Supreme Court's Fear of Nonimplementation. *American Journal of Political Science*, v. 58, n. 2, p. 352-366, 2014.
- HAMILTON, A.; JAY, J.; MADISON, J. *Os artigos federalistas*. Barueri: Faro Editorial, 2023.
- HAMILTON, J. D.; FLAVIN, M. A. On the limitations of government borrowing: a framework for empirical testing. *The American Economic Review*, v. 76, n. 4, p. 808-819, 1986.
- HARTUNG, P.; MENDES, M.; GIAMBIAGI, F. As emendas parlamentares como novo mecanismo de captura do Orçamento. *Revista Conjuntura Econômica*, São Paulo, v. 75, n. 9, p. 20-22, 2021.
- HASSELL, J. What can data on testing tell us about the pandemic? *Our World in data*, 13 abr. 2020. Disponível online.
- HAYAT, S. Unrepresentative Claims: Speaking for Oneself in a Social Movement. *American Political Science Review*. (Published online), p. 1-13, 2021.
- HAYEK, F. *The Road of Serfdom*. London: Routledge, [1944] 2001.
- HERNDON, T.; ASH, M.; POLLIN, R. Does high public debt consistently stifle economic growth? A critique of Reinhart and Rogoff. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, v. 38, n. 2, December 24, 2013, 2014, p. 257-279.
- HIRABAHASI, G. Lula defende que democracia é capacidade de 'convivência civilizada entre opostos'. *Terra*, 6 set. 2024. Disponível online.
- HOELLE, J. *Rainforest cowboys: the rise of ranching and cattle culture in Western Amazonia*. Austin: University of Texas Press, 2015.
- HOLANDA, C.; SZWAKO, J. *Dictatorship in Brazil. Forgetting, Remembering, Praising*. Mimeo. (No prelo.)
- HOLANDA, C.; SZWAKO, J. O conforto jurídico dos militares. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2024. Disponível online.
- HOLANDA, M.; MACHADO, R. Lula tenta celebrar pacificação com militares no 7 de setembro sob boicote de bolsonaristas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 set. 2023.
- HORST, C.; CASTILHO, G. S.; ALVES, L. D. T. O familismo no governo Bolsonaro e os impactos na política social. In: ENCONTRO INTERNACIONAL E NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, v. 1, n.1, 2023. *Anais...*, Espírito Santo: UFES, 2023.

- HUND, E. *The influencer industry: the quest for authenticity on social media*. Princeton University Press, 2023.
- HUNTINGTON, S. Conservatism as an Ideology. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 51, n. 2, p. 454-473, jun. 1957.
- INÁCIO, M. Centro Presidencial em Brasil. In: ROCKMAN, B.; LANZARO, J. Centros de Gobierno. América Latina, Estados Unidos, Europa. Madri: Editorial Tecnos de Madrid, 2018.
- INÁCIO, M. Poder Executivo: presidência e gabinete. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 67-83.
- INÁCIO, M.; RECCH, F.; GUERRERO, C. The Power of the Administrative Decisions of Latin American Presidents. In: LLANOS, M.; MARSTEINTREDET, L. (Eds.). *Latin America in times of turbulence: presidentialism under stress*. Nova York: Routledge, 2023. p. 75-105.
- INESC – INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Depois do desmonte: balanço do Orçamento Geral da União 2022*. Brasília: 2023.
- INFOMONEY. Brasil veta Venezuela como “parceiro” do Brics; regime de Maduro diz que ato é hostil. *InfoMoney*, São Paulo, 25 out. 2024. Disponível online.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS (IBPAD). *Autoridades Brasil*. Ferramenta desenvolvida pelo IBPAD. 2024. Disponível online.
- INSTITUTO IGARAPÉ. *Boletim 2: descontrole no alvo – mais grupos armados, menos fiscalização*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2022.
- INSTITUTO SOU DA PAZ. *Nota Técnica – Decreto 11.615*. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2024.
- INSTITUTO SOU DA PAZ; INSTITUTO IGARAPÉ. *Balanço de 1 ano do decreto que mudou o acesso a armas no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/ Instituto Sou da Paz, 2024.
- INSTITUTO SOU DA PAZ; INSTITUTO IGARAPÉ. *Balanço preliminar das principais mudanças na política de controle de armas e munições no Brasil em 2019*. São Paulo/Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/Instituto Sou da Paz, 2020a.
- INSTITUTO SOU DA PAZ; INSTITUTO IGARAPÉ. *Balanço preliminar das principais mudanças na política de controle de armas e munições no Brasil em 2023*. São Paulo/Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/Instituto Sou da Paz, 2023.
- INSTITUTO SOU DA PAZ; INSTITUTO IGARAPÉ. *Nota Técnica – Decreto 11.615*. São Paulo; Rio de Janeiro: Instituto Igarapé; Instituto Sou da Paz, 2020b.
- IPEA. *Carta de Conjuntura IPEA*, n. 64, 2024.
- IPEA. *Igualdade de gênero. Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, n. 30, 2023.
- ITUASSU, A. Como a mídia digital está (também) redefinindo a aprovação de Lula. *Correio Braziliense*, Brasília, 18 fev. 2025. Disponível online.
- ITUASSU, A. Postmodern without Modernization: Ages, Phases, and Stages of Political Communication and Digital Campaigns in Brazil (2010-2020). *International Journal of Communication*, [S.l.], v. 17, abr. 2023.

- JUBÉ, A.; PUPO, F.; PERES, B. Temer recebe em 90 dias mais congressistas que Dilma em 5 anos. *Valor Econômico*, São Paulo, 15 ago. 2016. Disponível online.
- KEANE, J. *Democracy and media decadence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- KECK, T. M. The Relationship between Courts and Legislatures. In: EPSTEIN, L.; LINDQUIST, S. A. (Eds.). *The Oxford Handbook of U.S. Judicial Behavior*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 381-390.
- KERCHE, F. Bolsonaro, o MPF e o equilibrista-geral da República. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- KERCHE, F. Menos óbvios, mas não menos importantes: Justiça Eleitoral, Ministério Público e Polícia Federal nas eleições de 2022. In: AVRITZER, L.; SANTANA, E.; BRAGATTO, R. C. *Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 45-53.
- KERCHE, F.; MARONA, M. *A política no banco dos réus: a operação Lava Jato e a erosão da democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- KORNHAUSER, W. *The Politics of Mass Society*. Glencoe: The Free Press, 1959.
- KOVATS, E.; POÏM, M. *Gender as Symbolic Glue: The Position and Role of Conservative and Far-Right Parties in the Anti-Gender Mobilizations in Europe*. Bruxelas: Foundation for European Progressive Studies, 2015.
- LACERDA, N. Mais de 7,5 milhões vivem com menos de R\$ 150 por mês no país, mostra Observatório das Desigualdades. *Brasil de Fato*, São Paulo, 30 ago. 2023. Disponível online.
- LATINOBARÓMETRO, Informe 2021. Adiós a Macondo. *Análisis de resultados para Guatemala*. Análisis De La Realidad Nacional, v. 12, n. 246, 2023.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LICIO, E. C.; SILVA, A. L. N.; TREVAS, V. C. Conselho da Federação: pilar da reabilitação da democracia brasileira. *UOL*, 11 nov. 2023. Disponível online.
- LIMA, J. Como o governo Bolsonaro trata a questão do HIV. *Nexo Jornal*, São Paulo, 6 fev. 2020a. Disponível online.
- LIMA, K. Lira atrasa tramitação de PL que anistia golpistas do 8/1 e cria comissão especial para o tema. *g1*, 29 out. 2024. Disponível online.
- LIMA, R. S. Polícias fraturadas. *Revista piauí*, Atlas do bolsonarismo, Rio de Janeiro, 1. jun. 2020. Disponível online.
- LIMA, V. A. Perplexidade. *Vermelho*, 14 maio 2020a.
- LIMA, V. A. Por que não se avança nas comunicações? In: SADER, E. *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso, 2013.
- LIMA, V. A. Tradicionalismo: a extrema direita no poder. *Diplomatizando*, 15 jun. 2020b. Disponível online.

- LIMA, W. F.; ORIGUELA, C.; GOMES, M.; SOUSA, D. O. MST é apontado como movimento do campo de maior atuação nos últimos anos. *MST*, 8 set. 2024.
- LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 497-525, 1995.
- LINHARES, P. T.; RAMOS, T.; MESSENERG, R. Inovação institucional na coordenação federativa para enfrentamento e saída do surto de covid-19. *Nota Técnica*, Rio de Janeiro, n. 41. Brasília: IPEA/Diest, 2020.
- LIPPMANN, W. *Opinião pública*. Petrópolis: Vozes, [1922] 2008.
- LLANOS, M. *et al.* Informal Interference in the Judiciary in New Democracies: A Comparison of Six African and Latin American Cases. *Democratization*, Hamburg, v. 23, n. 7, p. 1236-1253, 2016.
- LOBATO, L. V. C. Direito universal à saúde no Brasil: da expansão restringida ao desmonte. In: FLEURY, S. (Org.). *Cidadania em perigo: desmonte das políticas sociais e desdemocratização no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; Cebes, 2024.
- LOBO, M. S. C.; CARDOSO, M. L. M. Lições de tempos urgentes: a experiência da atenção à saúde Yanomami ontem e hoje. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, 2023.
- LOCKWOOD, D. Some Remarks on “The Social System”. *The British Journal of Sociology*, London, v. VII, n. 2, p. 134-46, jun. 1956.
- LOPES, A. O espírito das ações afirmativas na era pré-cotas. *Nexo Políticas Públicas*, São Paulo, 1 mar. 2023.
- LOPES, L. Lula anuncia últimos nomes para ministérios de seu governo; veja lista completa. *CNN Brasil*, São Paulo, 29 dez. 2022.
- LOPES, M. S.; ALBUQUERQUE, G.; BEZERRA, G. M. L. “2018, a batalha final”: Lava Jato e Bolsonaro em uma campanha anticorrupção e antissistema. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 377-389, 2020.
- LOPEZ, F. G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 22, p. 153-177, 2004.
- LORENZATTO, M.; FRUET, N. CPMI pede responsabilização de ex-ministro da Defesa e de dois ex-comandantes das Forças Armadas. *SBT News*, 17 out. 2023.
- LOTTA, G. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: *Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*. Brasília: Enap, p. 11-38, 2019.
- LOTTA, G.; LIMA, I. A.; FERNANDEZ, M. *et al.* A resposta da burocracia ao contexto de retrocesso democrático: uma análise da atuação de servidores federais durante o governo Bolsonaro. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 40, p. 1-36, 2023.
- LOVEJOY, T.; NOBRE, C. Amazon Tipping Point: Last Chance for Action. *Science Advances*, v. 5, n. 12, dez. 2019. Disponível online.

- LUCAS, P. Disarming Brazil: lessons and challenges. *NACLA Report on the Americas*, n. 41, n. 2, p. 27-31, 2008.
- LULA DA SILVA, L. I. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de assinatura do Decreto de Titulação de Terras Quilombolas em 27 de junho*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2006.
- MACAULAY, F. Bancada da Bala: The Growing Influence of the Security Sector in Brazilian Politics. In: FOLEY, C. (Ed.). *In Spite of You: Bolsonaro and the New Brazilian Resistance*. 1. ed. New York: OR Books, 2019. p. 56-70. Disponível online.
- MACAULAY, F. Presidents, Producers and Politics: Law-And-Order Policy in Brazil from Cardoso to Dilma. *Policy Studies*, v. 38, n. 3, p. 248-261, 2017.
- MACEDO, F. PF propõe regras para vetar atividade política e blindar comando de interferências do Planalto. *O Estado de S. Paulo*, Blog do Fausto Macedo, São Paulo, 8 ago. 2024.
- MACHADO, E. A.; FERRARO, L. P. Arquitetura jurídica da desresponsabilização: Advocacia-Geral da União e Procuradoria-Geral da República nas ações contra o governo Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal. In: VIEIRA, O. V. *et al. Estado de Direito e populismo autoritário: erosão e resistência institucional no Brasil (2018-22)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2023.
- MACHADO, J. A. Federalismo e políticas sociais: conexões a partir da Teoria da Agência. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 69, n. 1, p. 57-84, 2018.
- MACHADO, J. A. Federalismo e relações intergovernamentais nas políticas sociais: mais autonomia ou mais coordenação? In: SÁTYRO, N. G. D.; CUNHA, E. S. M. (Orgs.). *Descomplicando políticas sociais: a Constituição Federal de 1988 e a estrutura de proteção social brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Fino Traço, 2023. v. 2, p. 39-58.
- MACHADO, M. D. C.; MARIZ, C. L.; CARRANZA, B. Articulações político-religiosas entre Brasil-USA: direita e sionismo cristãos. *Ciencias Sociales y Religión*, Campinas, v. 23, p. 1-34, 2021.
- MACHIAVELLI, N. [1532]. *O Príncipe*. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MAGNO, L. *et al.* Desafios e propostas para ampliação da testagem e diagnóstico para COVID-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3355-3364, set. 2020.
- MAIA, F; DI CUNTO, R. CGU lista ao Supremo irregularidades no uso de emendas e aponta “drible” do Congresso sobre orçamento secreto. *Valor Econômico*, São Paulo, 12 nov. 2024. Disponível online.
- MAIA, G.; SOARES, J.; GAMBA, K. Sem base aliada na Câmara, Bolsonaro quer coalizão em torno de projetos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 abr. 2019.
- MAIR, P. Party System Change. In: KATZ, R.; CROTTY, W. (Eds.). *Handbook of Party Politics*. London: Sage Publications, 2006.

- MAIR, P. Party Systems and Structures of Competition. In: LEDUC, L.; NIEMI, R. G.; NORRIS, P. (Orgs.). *Comparing democracies: elections and voting in global perspective*. London: Sage Publications, 1996.
- MANIN, B. *The Principles of Representative Government*. New York: Cambridge University Press, 1997.
- MANTOVANI, M.; SANTOS, R.; NASCIMENTO, T. Estratégias neoconservadoras, gênero e família na disputa eleitoral de 2022. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 2, 2023.
- MAPBIOMAS. 2024. *Destaques do Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra – Bioma Amazônia*. 1985 a 2023. Coleção 9. 2024. Disponível online.
- MARACCI, J.; PRADO, M. A. M. Ofensivas antigênero e a depuração dos Direitos Humanos como política de Estado no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1372-1392, 2022.
- MARCELLO, A. Presidente do BC diz que não quer ser reconduzido ao cargo após o fim do seu mandato, em 2024. *g1*, 18 ago. 2022. Disponível online.
- MARCONDES, C. *Do mito à balbúrdia: o bolsonarismo e o ressurgimento da direita conservadora no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- MARIANO, R. O governo Lula e as igrejas cristãs. In: DIAS, M. R.; PÉREZ, J. M. S. (Orgs.). *Antes do vendaval: um diagnóstico do governo Lula antes da crise política de 2005*. 1. ed. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2006. p. 221-239. v. 1.
- MARIANO, R. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: SANTOS, H. (Org.). *Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea*. 1. ed. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2010. p. 101-124. v. 1.
- MARICATO, E. Nunca fomos tão participativos. *Revista Sem Terra*, São Paulo, v. 10, n. 43, p. 17-20, 2008.
- MARIN, D. Temos que desconstruir muita coisa. *Veja*, São Paulo, 19 mar. 2019. Disponível online.
- MARONA, M. O TSE na linha de frente da democracia defensiva; a flor e a náusea. In: AVRITZER, L.; SANTANA, E.; BRAGATTO, R. *Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- MARONA, M.; MAGALHÃES, L. Guerra e paz? O Supremo Tribunal Federal nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro. In: AVRITZER, L.; KERCHER, F.; MARONA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 121-135.
- MARQUES, D.; UCHOA, R. A herança de meia década de descontrole sobre as armas de fogo no Brasil. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível online.
- MARQUES, F. C. *Menos Brasília, pior educação básica: federalismo e coordenação federativa na educação nacional*. Tese – Doutorado em Administração Pública e Governo. São Paulo: Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, 2024.

- MARQUES, L. H. G.; LOURENÇO, L. C. “Defendendo a paz social”: entre a naturalização e o racismo em decisões de decretação de prisão preventiva. *Tempo Social*, São Paulo, n. 36, p. 147-170, 2024.
- MARQUES, R. M. SUS: uma história de insuficiência de recursos que se repete mais uma vez. *The Conversation*, 9 jan. 2024b.
- MARQUES, R. M.; FERREIRA, M. R. J. O financiamento do SUS no enfrentamento da pandemia de Covid-19. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 43, n. 2, p. 465-479, 2023.
- MARQUETTI, A. A.; MIEBACH, A.; MORRONE, H. De volta ao poder: perspectivas e limites do Governo Lula. *Texto para Discussão UFRGS*, s.n., Porto Alegre, 2023.
- MARROQUÍN, A. Ecos desde el abismo: una mirada desde la tecno-utopía centroamericana. *Encartes*, v. 6, n. 11, marzo-agosto 2023, p. 81-98.
- MARTELLI, C. G.; ALMEIDA, C.; LÜCHMANN, L. “The Meanings of Representation and Political Inclusion in the Conferences of Public Policies in Brazil”. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1-23, 2019.
- MARTELLI, C.; ALMEIDA, C.; COELHO, R. ‘Mudanças recentes nos papéis das Instituições Participativas nas Políticas Públicas’. In: TATAGIBA, L. et al. (Orgs). *Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências*. Porto Alegre: Zouk, 2022. p. 65-86.
- MASSUDA, A. et al. The Brazilian Health System at Crossroads: Progress, Crisis and Resilience. *BMJ Global Health*, v. 3, n. e000829, p. 1-8. 2018.
- MASSUDA, A. Mudanças no financiamento da Atenção Primária à Saúde no Sistema de Saúde Brasileiro: avanço ou retrocesso? *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1181-1188, abr. 2020. Disponível online.
- MATOS, M.; PARADIS, C. Los feminismos latinoamericanos y su compleja relación con el Estado: debates actuales. *Íconos*, Guayaquil, v. 45, p. 91-107, 2013.
- MATOS, M.; ALVAREZ, S. (Eds.). *Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil? O feminismo estatal participativo brasileiro*. Porto Alegre: Zouk, 2018. v. 1.
- MATOSO, F.; CASTILHOS, R.; PARREIRA, M. Bolsonaro recria Ministério das Comunicações e coloca deputado Fábio Faria como ministro. *g1*, Brasília, 10 jul. 2020.
- MÁXIMO, W. Governo não tem “plano B” para MP do PIS/Cofins, diz Haddad. *Agência Brasil*, Brasília, 11 jun. 2024. Disponível online.
- MÁXIMO, W. Transição foi a mais participativa e econômica, diz Lula. *Agência Brasil*, Brasília, 9 dez. 2022. Disponível online.
- MAZENOTTI, P. Lula participa de encontro com governadores durante COP-27, *Rádio Agência*, 16 nov. 2022. Disponível online.
- MAZUR, A.; MCBRIDE, D. E. G. State Feminism. In: GOERTZ, G.; MAZUR, A. G. (Eds.). *Politics, Gender, and Concepts: Theory and Methodology*. Cambridge University Press, 2008.

- MCGUIRE, K. T.; STIMSON, J. A. The Least Dangerous Branch Revisited: New Evidence on Supreme Court Responsiveness to Public Preferences. *The Journal of Politics*, Boston, v. 66, n. 4, p. 1018-1035, 2004.
- MEDEIROS, L.; DRUMMOND, D., FERES JÚNIOR, J. Lula, “persona non grata” na imprensa brasileira, *Manchetômetro*, Série M, Rio de Janeiro, 11 mar. 2024. Disponível online.
- MELLO, P. C. Brasil sobe 10 posições em ranking global de liberdade de imprensa. *Folha de S. Paulo*, p. A12, 4 maio 2024. Disponível online.
- MELO, C. R. A Câmara dos Deputados pós-2018: o que mudou? In: AVRITZER, L.; KERSCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 95-110.
- MELO, C. R. Câmara dos Deputados 2022: direita torna-se majoritária, esquerda e centro recuam. In: AVRITZER, L.; SANTANA, E.; BRAGATTO, R (Orgs.). *Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 135-142,
- MELO, C. R. Democracia, direita e “Lula 3”: a eleição de 2022 e seus desdobramentos. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 37, p. 1-17, abr. 2024.
- MENDES, A. N.; CARNUT, L.; MELO, M. A. Continuum de desmontes da saúde pública na crise do covid-19: o neofascismo de Bolsonaro. *Saúde e Sociedade*, v. 32, n. 1, p. e210307pt [13], 2023.
- MENDES, C. H. *O discreto charme da magistocracia: vícios e disfarces do judiciário brasileiro*. São Paulo: Todavia, 2023.
- MENDONÇA, R. F. Dimensões democráticas nas jornadas de junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 33, n. 98, p. e339707, 2018.
- MENDONÇA, R. F. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 66, p. 130, 2017.
- MENDONÇA, R. F. Valores democráticos. In: AVRITZER, L.; KERSCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 375-390
- MENDONÇA, R. F.; CUNHA, E. S. Can the Claim to Foster Broad Participation Hinder Deliberation? *Critical Policy Studies*, London, v. 8, n. 1, p. 78-100, 2014.
- MENDONÇA, R. Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 jun. 2013. Disponível online.
- MENEZES, M. L. Democracia de Assembleia e Democracia de Parlamento: uma breve história das instituições democráticas. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 23, p. 20-45, 2010.
- MENICUCCI, T.; LOTTA, G. A trajetória das políticas sociais nos 30 anos desde a Constituição de 1988. In: HOLLANDA, C. B.; VEIGA, L. F.; AMARAL, O. (Orgs.). *A Constituição de 88 trinta anos depois*. Curitiba: Ed. UFPR, 2018. p. 73-100.
- MERLINO, T. O governo não está fazendo nada na Reforma Agrária. É uma vergonha. *MST* [Online], Reforma Agrária Popular; O Joio e o Trigo, 6 jun. 2024. Disponível online.

- MIRANDA, J. V. S. Composição e atuação da “Bancada da Bala” na Câmara dos Deputados. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 117, p. 197-217, 2002.
- MOLITERNO, D.; SAPIO, M. 16 partidos apoiam Lula para o 2 turno; cinco aderem a Bolsonaro. *CNN Brasil*, São Paulo, 6 out. 2022. Disponível online.
- MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. *A intersectorialidade na agenda das políticas sociais*. Campinas: Papel Social, 2014.
- MONTEIRO, S. Governança orçamentária: orçamento secreto. *Revista Conjuntura Econômica*, São Paulo, v. 76, n. 12, 2022.
- MONTESQUIEU, C. S. *O espírito das leis*. 2000.
- MOREIRA, M. Lula sanciona Dia Nacional de Tradições de Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé. *g1*, Rio de Janeiro, 6 jan. 2023. Disponível online.
- MOREIRA, S. T. *Ideologues and Strategists? The Judicial Behavior of Brazil's Supreme Court Justices from 2010 to 2018: an Empirical Investigation*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.
- MORTARI, M. Bolsonaro avança sobre Congresso, de olho em orçamento engessado. *InfoMoney*, São Paulo, 26 fev. 2020. Disponível online.
- MOTA PRADO, M.; KERCHE, F.; MARONA, M. Corruption and Separation of Powers: Where do Prosecutors Fit? *Hague Journal on the Rule of Law*, v. 1, p. 1-27, 2024.
- MOTTA, C. Extinção dos conselhos afeta participação social nas políticas públicas. *Rede Brasil Atual*, 12 abr. 2019. Disponível online.
- MOURA, A. R. P. Um estudo sobre os efeitos do ecossistema da desinformação na informação arquivística pós-custodial: apontamentos acerca da competência em informação e suas vertentes como forma de combate e redução. In: PAZIN VITORIANO, M. C. de C.; PINHA, M. L.; SANTOS, P. R. E. dos. (Orgs.). *Arquivos, Democracia e Justiça Social*. VII Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ). São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2023, v. , p. 22-1351.
- MOURÃO, P. *Mulheres do campo, das águas, da floresta e da esplanada: interações, avanços e desafios na produção de políticas públicas*. Tese –Doutorado em Ciência Política. Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, 2023.
- MST. MST quer assentamento imediato de famílias acampadas há mais de uma década em todo o país. *MST*, 17 set. 2024a. Disponível online.
- MST. Sem-terra, a nova casta sem direitos. *Portal MST*, 29 maio 2024b. Disponível online.
- MULIERI, A. Hasso Hofmann and the Polysemy of Representation, *Redescriptions*, Helsínquia, v. 19, n. 2, p. 127-145, 2016.

- MUNIZ, M. Aras busca Lula por recondução, mas briga pela PGR afunila em outros três nomes”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 ago. 2023a. Disponível online.
- MUNIZ, M.; GULLINO, D. Aras condena agressões a ministros do STF e fala em despedida. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 ago. 2023b. Disponível online.
- NAKAGAWA, F. Justiça do Brasil gasta 1,6% do PIB e é a mais cara do mundo, *CNN Brasil*, São Paulo, 25 jan. 2024. Disponível online.
- NALIM, C.; BARBI, H. Número de jovens nem-nem cai para 10,3 milhões, o menor já registrado, *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 dez. 2024. Disponível online.
- NEIVA, L. Entenda o que é o orçamento secreto e porque ele é criticado. *Congresso em Foco*, 18 out. 2022. Disponível online.
- NERI, M.; OSORIO, M. C. *Retorno para a escola, jornada e pandemia*. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022.
- NERIS, N. Cotas raciais no ensino superior: projetos de lei nas últimas três décadas. *Nexo Políticas Públicas*, São Paulo, 29 jun. 2020. Disponível online.
- NEVES, R. Sob Aras, PGR arquivou 104 pedidos de investigação sobre Bolsonaro, *UOL*, 30 jul. 2022. Disponível online.
- NICOLAU, J. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- NOBRE, M. *Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2020.
- NOGUEIRA FILHO, O. *Pontos fora da curva: por que algumas reformas educacionais no Brasil são mais efetivas e o que isso significa para o futuro da educação básica*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2022.
- NORRIS, P.; INGLEHART, R. *Cultural Backlash: Trump, Brexit and Authoritarian Populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- NOVAES, C. A. M. Dinâmica institucional da representação: individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, n. 38, p. 99-147, 1994.
- NOVAES, R. Os “evangélicos” e a política: reflexões necessárias sobre o Brasil de hoje. *Teoria e Debate*, São Paulo, v. 158, p. 6, mar. 2017.
- NOVELLO, R.; ALVAREZ, M. C. Da ‘bancada da segurança’ à ‘bancada da bala’: deputados-policiais no legislativo paulista e discursos sobre segurança pública. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 81-101, jan./abr. 2022. Disponível online.
- NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR – NIC.br. *Conectividade significativa: propostas para medição e o retrato da população no Brasil*. São Paulo: NIC.br, 2024.
- NUNES, F. Queda da aprovação de Lula parece fenômeno estrutural, não de conjuntura, *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 fev. 2025. Disponível online.
- NUNES, F.; TRAUMANN, T. *Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil*. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2023.

- NUNES, R. *Do transe à vertigem. Ensaio sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. San Pablo: Ubu, 2022.
- O GLOBO. Ex-diretor da PRF preso: reduto político de Lula, Nordeste concentrou quase metade das fiscalizações de ônibus no dia da eleição. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 ago. 2023a. Disponível online.
- O GLOBO. Lula troca time: entrevista com Tarso Genro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 jan. 2004. Disponível online.
- O GLOBO. Quem é Paulo Gonet, escolhido por Lula para a PGR? *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 nov. 2023b. Disponível online.
- OBSERVATÓRIO DO LEGISLATIVO BRASILEIRO – OLB. *Como votaram os congressistas no primeiro ano do governo Bolsonaro?* 28 jan. 2020. Disponível online.
- OBSERVATÓRIO DO LEGISLATIVO BRASILEIRO – OLB. *Monitor Legislativo de indicadores: Sucesso do Executivo*. 2022. Disponível online.
- ÖHMAN, M.; ZAINULBHAI, H. (Orgs.). *Political Finance Regulation: The Global Experience*. Washington: International Foundation for Electoral Systems – IFES, 2009.
- OLIVEIRA, C. Por que Bolsonaro busca aliança com centrão, grupo que considerava “o que há de pior”. *Brasil de Fato*, São Paulo, 29 maio 2020.
- OLIVEIRA, F. A. A reforma tributária do consumo (EC 132/2023): uma fábrica de ilusões. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 26, n. 45, p. 56-107, 2024.
- OLIVEIRA, V. E.; FERNANDEZ, M. Política de saúde no governo Bolsonaro: desmonte e negacionismo. In: AVRITZER, L.; KERCHER, F.; MARONA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- OLIVEIRA, V. E.; LOTTA, G.; VASCONCELOS, N. P. Ministério Público, autonomia funcional e discricionariedade: ampla atuação em políticas públicas, baixa accountability. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 181-95, abr. 2020.
- OLIVEIRA, V. E.; MADEIRA, L. M. Judicialização da política no enfrentamento à Covid-19: um novo padrão decisório do STF? *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 35, 2021.
- OLIVEIRA, V.; SANTANA, L.; ABERS, R. O desafio da reconstrução do Estado brasileiro. *Nexo Políticas Públicas*, 27 fev. 2023. Disponível online.
- OPAN – Operação Amazônia Nativa. 2024. *O CAR como instrumento de grilagem. Análise dos Cadastros Ambientais Rurais sobrepostos a terras indígenas de Mato Grosso*. Disponível online.
- OSAKABE, P. A. *Resquícios de trajetória: ativismo institucional e a Secretaria de Políticas para Mulheres*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

- PACHECO, R. Reelection de Bolsonaro impulsiona radicalização de extremistas cristãos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 out. 2022. Disponível online.
- PAPELPOP. Presidente lula diz que ter medo da cultura é temer a liberdade; ministério deve ser recriado. *PapelPop*, 31 out. 2022. Disponível online.
- PARADIS, C. *Entre o Estado patriarcal e o feminismo estatal: o caso dos mecanismos institucionais de mulheres na América Latina*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- PARADIS, C.; SANTOS, C. Contrastes en el campo feminista y la crisis del ciclo progresista 135 en América Latina: una comparación entre Bolivia, Brasil y Chile. *Tejedoras: Revista sobre democracia y género*, La Paz, n. 2, 2019.
- PARANÁ, E. *Bitcoin: a utopia tecnocrática do dinheiro apolítico*. San Pablo: Autonomia Literária, 2020.
- PARSONS, T. An outline of the social system. In: PARSONS, T. et al. (Orgs.). *Theories of Society: Foundations of Modern Sociological Theory*. 2. ed. Nova York: The Free Press, 1965. p. 30-79.
- PAUXIS, B. Após confrontos com Congresso, Lula ressalta “correlação de forças”. *UOL*, São Paulo, 2 jun. 2023. Disponível online.
- PEKNY, A. C. et al. *Controle de armas no Brasil: o caminho a seguir*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2015.
- PENNA, C. *Acesso à terra no Brasil e seletividade racial do Estado*. Série Futuros Alimentares Sustentáveis. Porto Alegre: Sopas, Ibirapitanga, 2023.
- PEREIRA, A. K. et al. Populism and the Dismantling of Brazil’s Deforestation Oversight Policy. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 1-38, 2024.
- PEREIRA, C. “Reshuffle” da coalizão de Lula. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 dez. 2024.
- PEREIRA, C.; MUELLER, B. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 265-301, 2002.
- PEREIRA, C.; MUELLER, B. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003.
- PEREIRA, C.; POWER, T.; RENNÓ, L. Under What Conditions do Presidents Resort to Decree Power? Theory and Evidence from the Brazilian case. *The Journal of Politics*, Boston, v. 67, n. 1, p. 178-200, fev. 2005.
- PEREIRA, C.; RAILE, E. D.; POWER, T. J. The Executive Toolbox: Building Legislative Support in a Multiparty Presidential Regime. *Political Research Quarterly*, v. 64, n. 2, p. 323-334, 2010.
- PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 44, p. 133-172, 2001.

- PEREIRA, L. L. *et al.* Mais Médicos program: provision of medical doctors in rural, remote and socially vulnerable areas of Brazil, 2013-2014. *Rural and Remote Health*, Geelong, v. 16, n. 1, mar. 2016.
- PEREIRA, M.; ARAGUSUKU, H.; TEIXEIRA, J. Direitos humanos em disputa: (des)institucionalização e conflitos entre movimento LGBTQIA+ e ativismo antigênero no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 38, p. e3811026, 2023.
- PEREZ, O. C. Legados de Junho de 2013: a proliferação dos coletivos para além do campo dos movimentos sociais. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 35, p. e230103, 2024.
- PERLIN, G.; SANTOS, M. L. *Presidencialismo de coalizão em movimento*. Brasília: Edições Câmara, 2019.
- PETERS, B. G.; GRIN, E.; ABRUCIO, F. L. *American Federal Systems and COVID-19: Responses to a Complex Intergovernmental Problem*. Bradford: Emerald Publishing, 2021.
- PIAUI. Pesquisas de Campos Neto orientaram campanha de Bolsonaro. *Revista piauí*, Rio de Janeiro, 3 ago. 2023. Disponível online.
- PIERUCCI, A. F. Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 5-15, mar. 2011.
- PIERUCCI, A. F.; MARIANO, R. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 34, p. 92-106, nov. 1992.
- PILAU, L. B. A Polícia Rodoviária Federal na burocracia do Estado. *Fonte Segura*, 8 fev. 2023. Disponível online.
- PILAU, L. B. *O poder político na Polícia Federal: entre a burocracia estatal e a política partidária*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2024.
- PILAU, L. B.; ENGELMANN, F. Limites e possibilidades dos usos do Diário Oficial da União como fonte de pesquisa das elites burocráticas. *Argumentos*, v. 20, n. 2, p. 10-24, 2023.
- PILAU, L. B.; ENGELMANN, F. Punishing the Corrupt and Renewing Politics: the Candidacies of Federal Police Officers for the Brazilian Chamber of Deputies (2002-2018). *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 19, n. 2, jan. 2025.
- PINHEIRO-MACHADO, R. Why and how precarious workers support neo-illiberalism. In: MILBERG, W.; LIESS, T. (Eds.). *Beyond neoliberalism and neo-illiberalism: economic policies and performance for sustainable democracy*. Report to the Open Society Foundations and the Hewlett Foundation Heilbroner Center for Capitalism Studies, The New School, 2024.
- PINHO, Â. Brasil tem maior avanço em liberdade de expressão. *Folha de S. Paulo*, p. A8, 21 maio 2024. Disponível online.
- PINTO, L. C. *O procurador*. São Paulo: Geração Editorial, 2024.
- PIOLA, S. F.; VIEIRA, F. S. *Financiamento das ações e serviços públicos de saúde no Brasil: um retrato das desigualdades regionais do período 2010-2022*. Brasília: IPEA, 2024.

- PIOVESAN, E.; SIQUEIRA, C.; TRIBOLI, P. Câmara não autoriza processo por organização criminosa contra Temer e dois ministros. *Portal da Câmara dos Deputados*, 25 out. 2017. Disponível online.
- PIRES, B. Orçamento secreto de Bolsonaro: entenda o passo a passo do esquema. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 maio 2021. Disponível online.
- PIRES, B.; CAMPOREZ, P. Exclusivo: Planalto libera R\$ 3 bi em obras a 285 parlamentares em meio à eleição no Congresso. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 jan. 2021.
- PIRES, R., C.; VAZ, C. N. Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 93, p. 61-91, 2014.
- PITOMBO, J. P. MST invade fazendas, sedes do Incra e área da Embrapa em ações do Abril Vermelho. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 abr. 2023.
- PLANO DE GOVERNO BOLSONARO. *Pelo bem do Brasil (2023-2026)*. Poder360, Brasília, 2022. Disponível online.
- PLETSCH, M. D.; CALHEIROS DE SÁ, M. R.; MENDES, G. M. L. A favor da escola pública: a intersectorialidade como premissa para a educação inclusiva. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 66, p. 11-26, ago. 2021.
- PODER360. *Com 3.278 mortes de covid por milhão, Brasil é 18º em ranking*. 2023. Disponível online.
- POLÍCIA FEDERAL. Coordenação-Geral de Contraineligência. *Relatório n. 4546344/2024*. [S.l., s.n.], 2024.
- POMPEIA, C. Agri-Bolsonarism: A Movement Led by Agricultural Elites and Far-Right Politicians in Brazil. *The Journal of Peasant Studies*, London, v. 51, n. 7, p. 1483-1507, 2024a.
- POMPEIA, C. As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. *Revista de Antropologia*, v. 66, p. 1-27, 2023a.
- POMPEIA, C. As correntes do agronegócio durante o governo Bolsonaro: divergências e acordos em questões socioambientais. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos* (EHES). Questions du temps présent. Les années Bolsonaro: quel bilan pour l'environnement au Brésil? [Online], 2023b.
- POMPEIA, C. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021.
- POMPEIA, C. Homogenizing Machine: the Agribusiness Caucus's Building of Voting Convergence in the Brazilian Congress. *Vibrant*, Brasília, v. 21, p. 1-24, 2024b.
- POMPEIA, C. O agrobolsonarismo. *Revista piauí*, Rio de Janeiro, n. 184. São Paulo, 2022a. Disponível online.
- POMPEIA, C. Uma etnografia do Instituto Pensar Agropecuária. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 1-33, 2022b.
- PORTELA, J. "Coincidência", diz comandante da Marinha sobre desfile e voto impresso. *Metrópoles*, Brasília, 10 ago. 2021. Disponível online.
- PORTINARI, N.; GULLINO, D. Governo Bolsonaro tem maior média de vetos derubados pelo Congresso desde 1988. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 out. 2019.

- PRAÇA, S.; TAYLOR, M. M. Inching Toward Accountability: The Evolution of Brazil's Anticorruption Institutions, 1985-2010. *Latin American Politics & Society*, Coral Gables, v. 56, n. 2, p. 27-48, 2014.
- PRANDI, R.; SANTOS, R. W. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, p. 187-213, 2017.
- PRODES. Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. 2024. *Prodes (Desmatamento)*. Disponível online.
- QIN, Y. *et al.* Forest conservation in Indigenous territories and protected areas in the Brazilian Amazon. *Nature Sustainability*, v. 6, n. 3, p. 295-305, 2023.
- QUEIROZ, A. A. *Reforma trabalhista e seus reflexos sobre os trabalhadores e as entidades representativas*. Brasília, DF: DIAP, 2017.
- QUINTINO, L. Devolução da MP fragiliza Haddad e expõe risco fiscal. *Veja*, São Paulo, 12 jun. 2024.
- RACIUNAS, C. População em extrema pobreza diminui 40% em 2023, mostra pesquisa. *CNN Brasil*, São Paulo, 27 ago. 2024. Disponível online.
- RADAR DO CONGRESSO. *Congresso em Foco*, 2 nov. 2024b. Disponível online.
- RAJÃO, R.; BELÉM LOPES, D. Potência agroambiental, do discurso à prática. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 dez. 2022. Disponível online.
- RANULFO MELO, C. Democracia, Direita e “Lula 3”: a eleição de 2022 e seus desdobramentos. *Dossiê 1. Caderno CRH*, Salvador, v. 37, p. 1-16, 2024.
- REDAÇÃO CONJUR. Há elementos jurídicos para impeachment de Dilma, diz Ives Gandra. *Consultor Jurídico*. 2 fev. 2015.
- REINHART, C. M.; ROGOFF, K. S. Growth in a Time of Debt. *American Economic Review: Papers and Proceedings*, v. 100, n. 2, p. 573-578, maio 2010.
- REIS, B. P. W. Financiamento de campanhas no debate da reforma política: do relatório Caiado ao mercado de financiamento. In: SANTANO, A. C. S. *et al.* (Orgs.). *Proposições para o Congresso Nacional: Reforma Política*. Brasília: Transparência Eleitoral, 2020. p. 31-41.
- RIBEIRO, L. *et al.* Disarmament in Peril. In: SÁTYRO, N. (Ed.). *Social Policies in Times of Austerity and Populism: Lessons from Brazil*. Nova York: Taylor & Francis, 2024.
- RIBEIRO, M. Bolsonaro constrói base para barrar impeachment. *Valor Econômico*, São Paulo, 29 jun. 2020.
- RIBEIRO, R. J. Editorial: Brasil e a desigualdade social planejada. *SBPC*, São Paulo, 26 abr. 2024. Disponível online.
- RIBEIRO, R. S. M.; LIMA, T. G.; SERRA, G. P., SANCHES, M. Transmissão assimétrica da política monetária sobre a inflação por grupos do IPCA: uma análise empírica. *Working Paper 024*, MADE-USP, 2024.
- RICK, A. Os embargos a propriedades rurais do Acre representam perda de empregos. 08 abr. 2023. X: @Alan_Rick. Disponível online.

- RICUPERO, R. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal, 2017.
- RÍOS-FIGUEROA, J. Institutions for Constitutional Justice in Latin America. In: HELMKE, G.; RÍOS-FIGUEROA, J. (Eds.). *Courts in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 27-54.
- ROCHA, A. Teto de gastos: problemas e alternativas. *Textos para Discussão n.º 311*, Brasília: Senado Federal, Núcleo de Estudos e Pesquisas de Consultoria Legislativa, ago. 2022.
- ROCHA, B. L. *A Polícia Federal após a Constituição de 1988: polícia de governo, segurança de Estado e polícia judiciária*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2004.
- ROCHA, M. Aras deixa PGR e tenta apagar imagem de leniente com abusos de Bolsonaro, *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 set. 2023. Disponível online.
- ROCHA, M. M.; GELAPE, L. O. Políticos locais e conexões multinível: a atuação de brokers eleitos no federalismo brasileiro. *Reflexión Política*, v. 26, n. 53, p. 33-47, 2024.
- ROCHA, M. M.; SANTANA, L. F.; PARAVIZO, G. As eleições para os governos estaduais: mudanças, continuidades e perspectivas para o futuro. In: AVRITZER, L., SANTANA, E., BRAGATTO, R. C. (Orgs.). *Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 9-234.
- RODRIGUES, G. *et al.* Brazil's Fight Against COVID-19. In: STEYTLER, N. *Comparative Federalism and Covid-19 Combating the Pandemic*. London: Routledge, 2021.
- RODRIGUES, H. A.; SOUSA, A. N. A.; FERLA, A. A. O Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica: várias faces de uma política inovadora. *Saúde em Debate*, n. 38, p. 358-372, 2019.
- RODRIGUES, L. O que a reforma ministerial traz para Lula e o Centrão? Especialistas avaliam. *CNN Brasil*, São Paulo, 10 set. 2023. Disponível online.
- RODRIGUES, P.; MAZUI, G. Lula sanciona lei para assegurar igualdade salarial entre homens e mulheres na mesma função. *g1*, 3 jul. 2023. Disponível online.
- RODRIGUEZ, J. C. C. Os desafios ao governo Lula em política externa, defesa e inteligência. In: INACIO, M. (Ed.). *Presidente, gabinete e burocracias: o que a nova administração Lula precisa saber*. Rio de Janeiro: Hucitec; Anpocs, v. 1. p. 198-216, 2023.
- ROSA, M. C.; PENNA, C.; CARVALHO, P. D. Heterogeneity and Instability: Theoretical-Methodological Outcomes of Three Investigations on Land and Agrarian Movements and the State. *Agrarian South: Journal of Political Economy: a triannual Journal of Agrarian South Network and CARES*, v. 10, n. 3, p. 415-439, dez. 2021.
- ROSADO-NUNES, M. J. F. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE. A intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, 2015.
- ROSANVALLON, P. *Democratic Legitimacy: Impartiality, Reflexivity, Proximity*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2011.
- ROSANVALLON, P. *The Populist Century: history, theory, critique*. Cambridge: Polity Press, 2021.

- ROSENBERG, G. N. *The Hollow Hope: Can Courts Bring About Social Change?* University of Chicago Press, 2008.
- ROSSI, M. Quero ser Pablo Marçal: por dentro da arriscada indústria que promete fabricar milionários, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 out. 2024. Disponível online.
- ROUBICEK, M. Qual a viabilidade de um orçamento participativo federal. *Nexo*, 12 mar. 2023. Disponível online.
- SANAHUJA, J. A.; VITELLI, M. G.; LÓPEZ BURIAN, C. Derechas neopatriotas y fuerzas armadas en América Latina. *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 49, n. 1, p. 1-19, jan./dez., 2023.
- SANDES-FREITAS, V. E. V.; SANTANA, L. Política, governadores e legislativo nos estados brasileiros. In: DANTAS, H.; FERNANDEZ, M.; TESTA, G. (Orgs.). *Governabilidade: instituições, atores e estratégias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2023. p. 81-97.
- SANJURJO, D. More guns, less violence? Putting the Multiple Streams Framework to the test against Bolsonaro's gun liberalization agenda. In: *A Modern Guide to the Multiple Streams Framework*. Edward Elgar Publishing, 2023. p. 160-179.
- SANJURJO, D. The Brazilian Disarmament Statute. In: SANJURJO, D. (Ed.). *Gun control policies in Latin America*. Palgrave Macmillan, Cham, 2020. p. 123-170.
- SANJURJO, D. Why are Brazilians so Interested in Gun Control? Putting the Multiple Streams Framework to the Test. *Opinião Pública*, Campinas, n. 27, p. 730-756, 2022.
- SANTANA, L.; PEREZ, O. C. (Orgs.). Como os governos estaduais lidam com a pandemia. *Nexo Políticas Públicas/ABCP*, 10 maio 2020.
- SANTANA, L.; NASCIMENTO, E. O. (Orgs.). *Governos e o enfrentamento da COVID-19*. Maceió: EDUFAL, 2021.
- SANTI, M. Lula enfatiza diálogo entre Poderes em mensagem ao Congresso Nacional. *Rádio Senado*, Brasília, 5 fev. 2024. Disponível online.
- SANTOS, F.; LUZ, J. Primeiros passos em busca da governabilidade: análise preliminar da coalizão de apoio a Lula III. In: INACIO, M. (Ed.). *Presidente, gabinete e burocracias: o que a nova administração Lula precisa saber*. Rio de Janeiro: Hucitec; Anpocs, v. 1, 2023. p. 29-58.
- SANTOS, F.; VILAROUCA, M. G. Political Institutions and Governability from FHC to Lula. In: KINGSTONE, P.; POWER, T. J. (Eds.). *Democratic Brazil Revisited*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008. p. 57-80.
- SANTOS, L. Movimento social deflagra "Carnaval Vermelho" e invade fazendas no Oeste Paulista. *Folha de S. Paulo*, 2 fev. 2023.
- SANTOS, W. et al. Avaliação do Programa Mais Médicos: relato de experiência. *Saúde em Debate*, v. 43, n. 120, p. 256-268, 2019.
- SARDENBERG, C.; COSTA, A. A. A. Contemporary Feminisms in Brazil: Achievements, Shortcomings, and Challenges. In: BASU, A. (Ed.). *Women's Movements in a Global Era: the Power of Local Feminisms*. Boulder: Westview Press, 2010.

- SARMENTO, R.; REIS, S.; MENDONÇA, R. F. As Jornadas de Junho no Brasil e a questão de gênero: as idas e vindas das lutas por justiça. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 22, p. 93-128, abr. 2017.
- SÁTYRO, N. (Org.). *Social policies in times of austerity and populism: lessons from Brazil*. London: Routledge, 2024.
- SAWARD, M. *The Representative Claim*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- SCERB, P. Causa ou consequência? Representação e participação no contramovimento bolsonarista à crise da democracia no Brasil. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 26, n. 1, p. 68, 2021.
- SCHEPPELE, K. L. Autocratic Legalism. *The University of Chicago Law Review*, v. 85, n. 2, p. 545-584, 2018.
- SCHIOCHET, F. Sete fatos sobre o lobby dos agrotóxicos. *O Joio e O Trigo*, Florianópolis, 12 jun. 2024. Disponível online.
- SCHREIBER, M. “Parlamentarismo informal”: afinal, Bolsonaro está perdendo liderança do governo para Congresso? *BBC News Brasil*, São Paulo, 28 maio 2019.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961 [1942].
- SEEG – SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES E REMOÇÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA. *Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil: 1970-2023*. São Paulo: Observatório do Clima, 2024. Disponível online.
- SEGATTO, C. I.; SILVA, A. L. N.; ABRUCIO, F. L. Difusão federativa na educação brasileira: a atuação vertical e horizontal dos Estados. In: PALOTTI, P. et al. (Org.). *E os Estados? Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA, 2023. p. 265-284.
- SEMÁN, P. (Org.) *Está entre nosotros. ¿De dónde sale y hasta dónde puede llegar la extrema derecha que no vimos venir?* Buenos Aires: Siglo XXI, 2023.
- SENADO FEDERAL. 2024. Notas Taquigráficas. 41ª reunião da Comissão de Meio Ambiente. 30 dez. 2024.
- SENADO FEDERAL. Congresso derruba veto ao marco temporal para terras indígenas. *Senado Notícias*, 14 dez. 2023.
- SENADO FEDERAL. Emenda Constitucional 86, do Orçamento impositivo, será promulgada nesta terça. *Senado Notícias*, 13 mar. 2015.
- SENADO FEDERAL. Orçamento impositivo para emenda de bancada é promulgado pelo Congresso. *Senado Notícias*, 26 jun. 2019.
- SENKEVICS, A. PNE e a “ideologia de gênero”. *Portal Geledés*, São Paulo, 20 abr. 2014.
- SHALDERS, A. Congresso brasileiro tem o maior controle sobre Orçamento em comparação a países ricos, diz estudo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2024. Disponível online.
- SHALDERS, A.; PIRES, B. Orçamento secreto: Ministério admite que ofícios não estão públicos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 maio 2021.

- SIGA BRASIL. *Painel do Cidadão sobre o Orçamento da União*, Brasília, 2024. Disponível online.
- SILVA, A. J. M. *Fogo amigo. (As disputas internas na Polícia Federal analisadas no contexto do debate sobre a reforma das instituições policiais e da investigação criminal no Brasil.)* Dissertação – Mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal da Fronteira do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, 2018.
- SILVA, C. Ministra da Saúde suspende nota técnica sobre prazo para o aborto legal. *CartaCapital*, 2024.
- SILVA, E.; PARADIS, C. Routines of Interaction Between Latin American Feminists and the State. *Latin American Perspectives*, California, v. 47, n. 5, p. 62-78, 2020.
- SILVA, E.; PARADIS, C. Routines of interaction Between Latin American Feminists and the State: Progressive Government Legacies and the Conservative Right-Wing Turn. In: ELLNER, S.; MUNCK, R.; SANKEY, K. *Latin American Social Movements and Progressive Governments: Creative Tensions Between Resistance and Convergence*. Lanham, Boulder, New York, London: Rowman & Littlefield, 2022.
- SILVA, L. M. V. G.; LIMA, B. C. S.; JUNQUEIRA, T. L. S. População indígena em tempos de pandemia: reflexões sobre saúde a partir da perspectiva decolonial. *Saúde e Sociedade*, v. 32, n. 2, 2023.
- SILVA, S. G. M. B.; SAPORI, L. F. A inserção da guarda municipal no sistema de segurança pública: o caso da Guarda Civil de Contagem (MG). *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 104-132, 2023.
- SILVA, S. P. Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 450-468, 2005.
- SILVEIRA, M. C. *Navigating Challenging Settings: Bureaucrats' Policy Entrepreneurship and Divergence Practices within Brazil's Environmental and Indigenous Agencies*. 2024. Tese (Doutorado em Administração Pública) – São Paulo School of Business Administration, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2024.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINTOMER, Y. The Meanings of Political Representation: Uses and Misuses of a Notion. *Raisons politiques*, n. 50, p. 13-34, 2013.
- SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES E REMOÇÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA. *Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil. 1970-2023*. São Paulo: Observatório do Clima, 2024.
- SOARES, N. Projeto do novo PNE se fastia de deliberações da CONAE e não menciona gênero e população LGBTQIA+. *De Olhos Planos*, 31 jul. 2024.
- SOARES, S. F. S. *Entre dados e controvérsias: a influência dos militares na criação e institucionalização de uma polícia federal brasileira*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

- SOSA-VILLAGARCIA, P.; INACIO, J.; ARCE, M. *Legislative Authoritarianism Unveiled: the Peruvian Predicament*. Paper prepared to be presented at the Latin American Studies Association Annual Congress, Bogotá, 2024.
- SOUZA, C. Possibilidades e limites das assessorias de participação social e diversidade no desenho da arquitetura institucional do Governo Federal. In: *SciELO Preprints*, 2023.
- SOUZA, C.; FONTANELLI, F. Antídotos institucionais do federalismo brasileiro: a covid-19 mudou a dinâmica federativa? In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONNA, M. (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SOUZA, C.; ZANLORENSSI, G. Gabinete de Lula tem recorde de mulheres, mas sem paridade. *Nexo Jornal*, São Paulo, 3 jan. 2023.
- SOUZA, C. M. Coordenação, uniformidade e autonomia na formulação de políticas públicas: experiências federativas no cenário internacional e nacional. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, p. e00046818, 2019.
- SOUZA, K. A. C.; SALLES, M. M. Ecosistema da desinformação: tipos de conteúdos fraudulentos nas eleições presidenciais de 2018. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. *XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*. Vitória, 3 a 5 jun. 2019.
- SOUZA, P. H.; GONÇALVES, S. L.; PORTELLA, A. *et al.* Volatilidade de renda e a dinâmica da pobreza no Brasil (n.º 3029). Texto para Discussão. IPEA, Brasília, 2024.
- SOUZA, R. Quaest simula cenário para 2026 com Lula, Marçal e Tarcísio; veja. *CNN Brasil*, São Paulo, 13 out. 2024. Disponível online.
- SOUZA, R. S. R. *Política Nacional de Segurança Pública: atores, crenças e coalizões nos governos FHC e Lula*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- SPYER, J. Faria Lima profetiza: evangélicos derrotarão Lula em 2026, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 fev. 2025. Disponível online.
- STARFIELD, B. *Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia*. Brasília: UNESCO; Ministério da Saúde, 2002.
- STOCHERO, T. General defende “despertar para luta patriótica” em palestra no RS. *g1*, 20 out. 2015.
- STORY, J.; LOTTA, G.; TAVARES, G. M. (Mis)led by an Outsider: Abusive Supervision, Disengagement, and Silence in Politicized Bureaucracies. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 33, issue 4, p. 549-562, 29 mar. 2023.
- SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. 1ª Instância da Justiça Militar decide enviar ao STF investigação contra coronéis suspeitos de fazer petição online, *Superior Tribunal Militar*, 6 jan. 2025. Disponível online.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF determina suspensão do X, antigo Twitter, em todo o território nacional. *STF*, 30 out. 2024a. Disponível online.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF determina transparência nas emendas Pix e dá 90 dias para auditoria e divulgação de valores recebidos. *STF*, 1 ago. 2024b. Disponível online.

- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF julga orçamento secreto inconstitucional. *STF Notícias*, 19 dez. 2022.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF realiza audiência de conciliação e define regras de transparência para o fim do orçamento secreto. *STF*, 1 ago. 2024c. Disponível online.
- SZWAKO J.; GURZA LAVALLE, A. Movimentos sociais e sociedade civil: reconfigurações da mobilização, repensando nossas lentes. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 453-466.
- SZWAKO, J. À sombra da cidadania regulada: uma hipótese genética sobre religião e assistência no Brasil (1930 a 1945). In: GURZA LAVALLE, A. et al. (Eds.). *Da cidadania e assistência reguladas à pluralização da cidadania: associações religiosas, casas de repouso e plantas medicinais*. CCI; Cebrap: mimeo, 2024.
- SZWAKO, J. O “mau desempenho” de Lugo: gênero, religião e contramovimento na última destituição presidencial paraguaia. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 132-155, 2014.
- SZWAKO, J.; SÍVORI, H. Performing Family in Fernando Lugo’s and Dilma Rousseff’s Impeachment Processes, Paraguay 2012 and Brazil 2016. *International Feminist Journal Of Politics*, 23/4, p. 558-578, 2022.
- TALENTO, A. Acusado de omissão, Aras diz em livro que ‘salvou vidas’ na pandemia UOL, São Paulo, 10 out. 2023a. Disponível online.
- TALENTO, A. PGR se manifestou contra prisão preventiva de bolsonaristas acusados de atos violentos em Brasília, *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 jan. 2023b. Disponível online.
- TALPIN, J. Representation as Performance: Working to Embody Subaltern Groups in Two Community Organizations in Los Angeles. *Revue française de science politique*, Paris, 66, p. 91-115, 2016.
- TARROW, S. *O poder em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TATAGIBA, L. Desdemocratização, ascensão da extrema direita e repertórios de ação coletiva. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 441-451.
- TATAGIBA, L.; BIROLI, F. Críticas feministas à democracia no Brasil: análises da crise e dos limites da normalidade. *Estudos Avançados*, v. 39, n. 113, 2025.
- TATAGIBA, L.; CARVALHO, P. D. ¿Quiénes protestan en el Cono Sur? La pluralización de la protesta y los desafíos a la democracia. In: CARVALHO, P.; NATALUCCI, A.; SOMMA, N. (Eds.). *Protestas, democracia y desigualdades en el Cono Sur*. Buenos Aires: Prometeo, 2024a.
- TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise. *Opinião Pública*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.
- TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, S. V. et al. (Eds.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

- TATAGIBA, I.; CARVALHO, P. D. *et al.* *LA Protesta Brasil. Base de Dados de Eventos de Protesto no Brasil (2011-2022)*. Campinas; Belo Horizonte, 2024b.
- TAVARES, F. M. M.; DECCACHE, D. Democracia, direitos e política fiscal: desafios para a reconstrução democrática brasileira sob o novo marco fiscal. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 17, n. 3, p. 133-158, 2023.
- THIES, C. G.; NIEMAN, M. D. *Rising Powers and Foreign Policy Revisionism: Understanding BRICS Identity and Behavior Through Time*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2017.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Análise do Programa Pé-de-Meia*. Brasília: TPE, 2024. Disponível online.
- TOKARSKI, C. *et al.* De política pública à ideologia de gênero: o processo de (des) institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 a 2020. In: GOMIDE, A.; SILVA, M.; LEOPOLDI, M. *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)*. Brasília: IPEA, 2023.
- TOMAZELLI, I.; OLIVEIRA, T. Senado aprova texto-base do projeto de lei para tentar destravar emendas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2024. Disponível online.
- TOMAZINI, C. Adeus Bolsa Família? Ambiguidades e (des)continuidade de uma política à deriva. In: GOMIDE, A. Á.; SILVA, M. M. S.; LEOPOLDI, M. A. (Orgs.). *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)*. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023. p. 75-98. Disponível online.
- TRANSPARÊNCIA BRASIL. “Sigilos de 100 anos”: o uso do Art. 31 da LAI em negativas. São Paulo: Transparência Brasil, 2022.
- TRANSPARÊNCIA BRASIL. Resultado da revisão de sigilos é bom indicativo sobre cumprimento da LAI, *Transparência Brasil*, 3 fev. 2023. Disponível online.
- TRUFFI, R.; MURAKAWA, F. Lula elogia Congresso, minimiza “jabutis” e diz que governo precisa estar preparado para mudar projetos. *Valor Econômico*, 17 jul. 2024. Disponível online.
- ULINSKI, K. G. B.; CARVALHO, B. G.; VIEIRA, F. S. Efeitos das emendas parlamentares no financiamento municipal da atenção primária à saúde do Sistema Único de Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 40, n. 3, 2024.
- UNICEF. *Brasil avança na imunização infantil e sai da lista dos países com mais crianças não vacinadas no mundo, revelam Unicef e OMS*, 2024. Disponível online.
- UNICEF/CENPEC. *Cenário da exclusão escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da covid-19 na educação*. São Paulo: UNICEF/CENPEC, 2021. Disponível online.
- UOL. Ato bolsonarista paulista: 26 de novembro. *UOL*, 26 nov. 2023. Disponível online.
- UOL. Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, diz Anistia Internacional. *UOL*, 24 abr. 2024a. Disponível online.
- UOL. Congresso em Foco. Servidores articulam derrubada da proposta de Lei Orgânica da PF. *UOL*, 14 ago. 2024b.
- UOL. Economia. *Bolsonaro provocou desgaste à imagem da PF, dizem associações de delegados*. *UOL*, 5 jul. 2022.

- UOL. Saúde. Consórcio de imprensa que permitiu transparência sobre covid chega ao fim. *UOL*, 28 jan. 2023. Disponível online.
- URBINATI, N. *Me the People: How Populism Transforms Democracy*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2019.
- URBINATI, N. *Representative Democracy: Principles & Genealogy*. Chicago: Chicago University Press, 2006.
- VALFRÉ, V.; BRENO, P. Oposição só teve 4% do orçamento secreto do governo Bolsonaro. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 maio 2021.
- VALFRÉ, V.; SHALDERS, A. Entenda por que o orçamento secreto de Bolsonaro não é “emenda impositiva”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 maio 2021.
- VARGAS, M. Gastos com tribunais, Ministério Público e Defensoria sobem até 36% nos estados, diz estudo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 jan. 2025.
- VARGAS, M. Governo Lula edita regra para limitar sigilo de até 100 anos na LAI. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 set. 2024. Disponível online.
- VEIGA, L.; BRONZO, C. Estratégias intersectoriais de gestão municipal de serviços de proteção social: a experiência de Belo Horizonte. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 595-620, 2014.
- VEJA. Páginas Amarelas. Augusto Aras: “Não vejo nenhum risco ou tentativa de golpe”, *Veja*, São Paulo, 19 ago. 2022. Disponível online.
- VENTURA, D. F. L.; AITH, F. M. A.; VILLAS BÔAS, B. *et al.* Resposta federal à covid-19 no Brasil: responsabilização penal de autoridades com prerrogativa de foro junto ao Supremo Tribunal Federal (2020-2023). *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 04, p. e81448, 2024.
- VENTURINI, A. C.; FERES JÚNIOR, J. Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 882-909, 2020.
- VERDÉLIO, A. Lula anuncia R\$ 41,7 bilhões em obras de mobilidade e drenagem urbana. *Agência Brasil*, Brasília, 26 jul. 2024. Disponível online.
- VERDÉLIO, A. Lula diz que vai escolher novo PGR com “mais critério”. *Agência Brasil*, Brasília, 2023a. Disponível online.
- VERDÉLIO, A. Lula estimula movimentos sociais a se comunicar pelas redes. *Agência Brasil*, Brasília, 2023b. Disponível online.
- VIANA, N. *Dano colateral*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.
- VEIRA, L.; DRUMMOND, D.; FERES JÚNIOR, J. Democracia a salvo, mas não pelo presidente ideal. *Manchetômetro*, Série M, Rio de Janeiro, 16 dez. 2022.
- VEIRA, M. T.; JARDIM, M. C. O Estado e a produção de convenções sociais acerca do mercado de armas de fogo no Brasil. *Tempo Social*, [s. l.], v. 36, n. 1, p. 217-237, 2024.
- VEIRA, O. V. *et al.* *Resiliência constitucional: compromisso maximizador, consensualismo político e desenvolvimento gradual*. São Paulo: Direito GV, 2013.

- VIEIRA, O. V. Supremocracia. *Direito GV*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 441-464, jul./dez. 2008. Disponível online.
- VIEIRA, O. V.; GLEZER, R.; BARBOSA, A. L. P. Supremocracia e infralegalismo autoritário: o comportamento do Supremo Tribunal Federal durante o governo Bolsonaro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 591-605, 2022.
- VILELA, R. Lula dá posse a ministros e assina primeiras medidas de governo. *Agência Brasil*, Brasília, 1 jan. 2023. Disponível online.
- VILELA, R.; PEDUZZI, P. Lula critica impedimento de candidatura da oposição na Venezuela. *Agência Brasil*, Brasília, 28 mar. 2024. Disponível online.
- VILLA, R. D.; PASSOS, A. M. Engagement of Military Peacekeepers in Brazilian Politics (2011-2021). *Armed Forces and Society*, v. 49, n. 3, 2022.
- VITAL DA CUNHA, C.; LOPES, P. V. L.; LUI, J. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2017.
- VIVEROS VIGOYA, M. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. *Debate feminista*, Bogotá, v. 52, p. 1-17, out. 2016.
- VON BÜLOW, M. The Survival of Leaders and Organizations in the Digital Age: Lessons from the Chilean Student Movement. *Mobilization: an International Quarterly*, Chapel Hill, v. 23, n. 1, p. 45-64, 2018.
- VON BÜLOW, M.; DIAS, T. O ativismo de hashtags contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 12, n. 120, p. 5-32, 2019.
- WAGNER, J. Pronunciamento durante a 119ª Sessão Deliberativa Ordinária. Senado Federal, Brasília, DF, 27 ago. 2024. Disponível online.
- WARREN, M. E. Citizen Representatives. In: WARREN, M. E.; PEARSE, H. (Eds.). *Designing Deliberative Democracy: The British Columbia Citizens Assembly*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 50-69.
- WATANABE, M. Emenda parlamentar cresce e afeta controle sobre o Orçamento. *Valor Econômico*, São Paulo, 24 abr. 2024. Disponível online.
- WESTERLAND, C. L. The Strategic Analysis of Judicial Behavior and the Separation of Powers. In: EPSTEIN, L.; LINDQUIST, S. A. (Eds.). *The Oxford Handbook of US Judicial Behavior*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 253-270.
- XAVIER, G. Novo suspende Amoedo após político declarar voto em Lula. *Carta-Capital*, São Paulo, 7 out. 2022.
- YOUNG, I. M. *Inclusion and Democracy*. New York: Oxford University Press, 2000.
- ZUCCO, C.; POWER, T. J. The Ideology of Brazilian Parties and Presidents: a Research Note on Coalitional Presidentialism Under Stress. *Latin American Politics and Society*, Coral Gables, v. 66, n. 1, p. 178-188, 2024.

Sobre os autores

Adrian Gurza Lavalle

Professor livre-docente do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), vice-diretor do Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão de Estudos da Metrópole (CEM), coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Transformações da Participação, do Associativismo e do Confronto Político (INCT Participa) e pesquisador do Cebrap e do CEM. Seus últimos livros são: *Democratizing the State: Social Accountability and Social Control Regimes in Mexico and Brazil* (De Gruyter, 2024), coescrito com Ernesto Isunza Vera; *Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências* (Zouk, 2022), coorganizado com Luciana Tatagiba, Débora Rezede e Marcelo Kunrath Silva; e *Desastre e desgovernança no Rio Doce: atores, instituições e ação coletiva* (Garamond, 2022), coorganizado com Euzeneia Carlos.

Amanda Lagreca

Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É mestre em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), onde recebeu menção honrosa pela sua dissertação em 2024, e pesquisadora no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP). Investiga temas relacionados à violência de gênero, sistema de justiça criminal e homicídios.

Ana Paola Amorim

Jornalista e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi professora do curso de Jornalismo na Universidade Fumec, e é coautora, com Juarez Guimarães, do livro *A corrupção da opinião pública: uma defesa republicana da liberdade de expressão* (Boitempo, 2013).

Anaís Medeiros Passos

Doutora em Ciência Política pela Sciences Po Paris e professora adjunta do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da mesma instituição. Pesquisa sobre militares, democracia e segurança. Coordena o Núcleo de Pesquisa em Segurança Pública e participa da atual gestão da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Autora do livro *Democracies at War Against Drugs: The Military Mystique in*

Brazil and Mexico (Palgrave Macmillan, 2023) e de diversos artigos em periódicos nacionais e internacionais.

Arthur Ituassu

Professor associado de Comunicação Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e professor visitante no Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade do Arizona (CLAS/UA). Pesquisador associado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD). Membro do Conselho do Instituto Democracia em Xeque (DX). Doutor em Relações Internacionais (IRI/PUC-Rio), foi presidente (2017-2019) da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica).

Bruno P. W. Reis

Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), é professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, desde outubro de 2024, exerce a presidência da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Foi diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG (2019-2023), depois de haver exercido a função de vice-diretor (2016-2019). Com bolsa da Capes, cumpriu estágio sênior na University of Pennsylvania (2014-2015). Foi secretário adjunto da ABCP (2010-2012), integrou as diretorias da ABCP (2008-2010) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs, 2013-2014), e o comitê acadêmico da mesma Anpocs (2016-2018). Atuou em diversas áreas da Ciência Política, com ênfase em teoria e métodos e no estudo comparativo da interação entre sistemas eleitorais e o financiamento de campanhas.

Caio Pompeia

Professor do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Foi *academic visitor* na Universidade de Oxford e realizou pós-doutorado na Universidade de São Paulo (USP). Fez doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), doutorado-sanduíche na Universidade Harvard, e tanto o mestrado quanto a graduação na USP. É autor do livro *Formação política do agronegócio* (Elefante, 2021) e de artigos em periódicos como *The Journal of Peasant Studies*, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Cadernos de Saúde Pública*, *Mana – Revista de Antropologia* e *Vibrant*. É membro do Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Camila Rocha

Ganhadora dos prêmios de melhor tese de doutorado da Associação Brasileira de Ciência Política e Tese Destaque USP. Foi finalista do 64º Prêmio Jabuti em Ciências Humanas com o livro *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil* (Todavia, 2021). Atua como diretora científica do Centro para Imaginação Crítica (CCI/Cebrap) e escreve uma coluna quinzenal sobre política na *Folha de S.Paulo*.

Carlos Ranulfo Melo

Doutor em Sociologia e Política. Foi professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) até se aposentar, e é

pesquisador do Centro de Estudos Legislativos da mesma universidade. É autor de *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados* (Ed. UFMG, 2004), coautor de *Governabilidade e representação política na América do Sul* (Konrad-Adenauer/Ed. Unesp, 2004), e coeditor de *La Democracia Brasileña: Balance y Perspectivas para el Siglo XXI* (Ed. Universidade de Salamanca, 2008). Tem artigos publicados sobre partidos, sistemas partidários, estudos legislativos e instituições comparadas com foco no Brasil e nos países da América do Sul.

Clarisse Paradis

Professora adjunta do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB/Bahia) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), pesquisadora do Fempos/UNILAB (Pós-colonialidade, feminismos e epistemologias anti-hegemônicas) e do Cerbrás/UFMG (Centro de Estudos Republicanos Brasileiros), e membro do conselho editorial da editora da Fundação Perseu Abramo. É mestre e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Tem contribuído com a área de estudos sobre a relação entre feminismo e Estado, em perspectiva comparada, com mais atenção para a região latino-americana. Tem também examinado a história da teoria feminista, recuperando autorxs e os seus debates formadores.

Cláudio Gonçalves Couto

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), onde também obteve seu mestrado. Atualmente, é professor adjunto do Departamento de Gestão Pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (EAESP/FGV), onde coordenou o Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas (MPGPP) e leciona nos cursos de graduação em Administração Pública e pós-graduação acadêmica (mestrado e doutorado) em Administração Pública e Governo. Sua produção intelectual concentra-se em instituições políticas, constitucionalismo, democracia, federalismo e partidos políticos, com ênfase no caso brasileiro. É pesquisador do Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP) da FGV e bolsista de produtividade do CNPq (nível 1C), além de integrar o Comitê de Área de Ciência Política do CNPq.

Debora Rezende de Almeida

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e cocoordenadora do Grupo de Pesquisa Resocie/UnB. Ganhadora do Prêmio Victor Nunes Leal 2016 pelo livro *Representação além das eleições*, e de menção honrosa do mesmo prêmio, em 2024, pelo livro *Feminisms in Latin America*, em coautoria com Gisela Zaremberg. Bolsista de Produtividade em Pesquisa e editora da *Revista Brasileira de Ciência Política – RBCP*. Representante suplente da área de Humanidades do Comitê Consultivo SciELO Brasil (2024-2025).

Dawisson Belém Lopes

Professor associado de Política Internacional e Comparada na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (Fafich/UFMG). Desde 2023, ocupa o cargo de diretor do Escritório de Governança de Dados Institucionais na UFMG. Entre 2018 e 2022, foi diretor adjunto de Relações Internacionais da UFMG.

Outros vínculos e posições profissionais, presentes ou pretéritos, incluem: acadêmico visitante no Latin American Centre, University of Oxford (2022-2023), SUSI Scholar on Foreign Policy na University of Delaware (2021), Raisina Young Fellow na Observer Research Foundation (2017), professor visitante na Université Catholique de Louvain (2016) e pesquisador visitante no German Institute of Global and Area Studies (2013). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, concentra o investimento acadêmico nas áreas de análise de política externa e instituições internacionais.

Emerson Urizzi Cervi

Professor titular do Departamento de Ciência Política, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador associado do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD) e professor permanente do programa de pós-graduação em Ciência Política (PPGCP/UFPR) e do programa de pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFPR). Publicou, em 2023, o livro *Democracia e opinião pública no século XXI*, pela Edições 70. É coordenador do grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública.

Esther Solano

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Complutense de Madri e professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Especialista em opinião pública e extremas direitas. Suas publicações mais recentes são: *The Bolsonaro Paradox* (2021), como coautora; *The Right in the Americas* (2024), como organizadora; e *El votante de Milei moderado: entre la esperanza y el sacrificio* (2024), como coautora.

Fábio Kerche

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), é professor de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa. Foi organizador, junto com Leonardo Avritzer e Marjorie Marona, do livro *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política* (Autêntica, 2021). Também com Marona, escreveu o livro *A política no banco dos réus: operação Lava Jato e a erosão da democracia no Brasil* (Autêntica, 2022), ganhador do prêmio da Anpocs de melhor obra científica em 2023. É bolsista de produtividade do CNPq.

Fabio de Sa e Silva

Doutor em Direito, Política e Sociedade pela Northeastern University, é professor associado de estudos internacionais e professor Wick Cary de estudos brasileiros na Universidade de Oklahoma. É autor de estudos sobre a operação Lava Jato, como o texto “Relational Legal Consciousness and Anticorruption: Lava Jato, Social Media Interactions, and the Co-production of Law’s Detraction in Brazil (2017–2019)”, publicado na *Law & Society Review* e ganhador do prêmio de melhor artigo da Law & Society Association em 2022. Atualmente, dedica-se a analisar a relação entre direito e declínio democrático, sendo um dos coordenadores do projeto sobre legalismo autocrático (PAL) e *host* do podcast do projeto, o PALcast.

Fabiano Engelmann

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor titular da mesma instituição, atuando no Programa de Pós-

-Graduação em Ciência Política e no Programa de Pós-Graduação em Direito, sendo bolsista de produtividade do CNPq. Organizou os livros Sociologia política das instituições judiciais (Ed. da UFRGS, 2017) e, em conjunto com Lucas Batista Pilau, *Justiça e poder político: elites jurídicas, internacionalização e luta anticorrupção* (Ed. da UFRGS, 2021).

Fernanda Castro Marques

Graduada em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e doutora em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde também obteve o título de mestre. É especialista em governança educacional, uma das principais referências para discussão sobre o Sistema Nacional de Educação e regime de colaboração no contexto brasileiro. Seu foco de pesquisa e atuação encontra-se em temas de política educacional sob a perspectiva do federalismo brasileiro. Atualmente é consultora de políticas educacionais para organizações não governamentais e órgãos governamentais. Recentemente defendeu a tese *Menos Brasília, pior educação básica: federalismo e coordenação federativa na educação nacional*.

Fernando Luiz Abrucio

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), foi pesquisador visitante no Massachusetts Institute Of Technology (MIT), nos Estados Unidos, e é professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV) desde 1995. Ganhador do Prêmio Moinho Santista de melhor cientista político brasileiro na categoria juventude (2001) e de dois prêmios Anpad como melhor trabalho de Administração Pública do país (1998 e 2003). É coordenador do Centro de Administração Pública e Governo, da FGV. É pesquisador do INCT do CNPq QualiGov e membro da Comissão de Especialistas incumbida de preparar a nova Lei Geral da Administração Pública Brasileira. Desde 1993, ministra cursos sobre Gestão Pública e Políticas Públicas na Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Foi secretário adjunto da Associação Brasileira de Ciência Política (2001-2002) e exerceu o cargo de presidente da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Pública (ANEPCP) em 2015. É colunista político do jornal *Valor Econômico* (de 2000 a 2006 e de 2016 até hoje) e analista político do *Jornal das 10* da Globo News. É consultor de governos e de ONGs no Brasil, bem como de Organismos Internacionais, tais como BID, PNUD, Banco Mundial, Agência de Cooperação Espanhola, Unesco e WWF. Já fez projetos de consultoria internacional em países da América Latina e em Moçambique. É membro do Conselho Consultivo do Todos Pela Educação. Publicou 72 artigos acadêmicos, 24 livros como autor/editor, 84 capítulos e mais de 1.000 artigos em jornal. Orientou 24 mestrados acadêmicos e 20 doutorados acadêmicos.

Filipe Recch

Doutor em Educação Internacional Comparada pela Universidade Stanford, é professor assistente visitante na Escola de Educação da Universidade de Pittsburgh e pesquisador colaborador no Lemann Foundation Programme da Blavatnik School of Government da Universidade de Oxford. Em parceria com a professora Magna Inácio, investiga o uso de poderes unilaterais de presidentes no Brasil e na América Latina. É especialista em análise computacional de texto e métodos quantitativos de pesquisa.

Flávia Biroli

autora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora titular do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). Foi presidenta da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP, 2018-2020). É autora de *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil* (Boitempo, 2018); *Gênero, neoconservadorismo e democracia* (Boitempo, 2020), com Maria das Dores C. Machado e Juan Vaggione; entre outros. Entre as obras coletivas que organizou, está *Mulheres, poder e ciência política* (Ed. da Unicamp, 2020).

Frederico G. Jayme Jr.

Doutor em Economia pela New School for Social Research, é professor titular do Departamento de Economia e diretor do Cedeplar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi pesquisador visitante no Land Economy Department e Downing College da Universidade de Cambridge (2014) e diretor executivo altermo, de Brasil e Suriname, no Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington, DC, Estados Unidos (2015-2018). Publicou diversos artigos em periódicos nacionais e internacionais, como *World Development*, *Review of Political Economy*, *Journal of Post Keynesian Economics*, *Structural Change and Economic Development*, *Cepal Review*, *Revista de Economia Política*, *International Review of Applied Economics*, entre outros. É pesquisador 1D e foi do comitê assessor da área de Economia entre 2020 e 2024 do CNPq.

Frederico Luiz Barbosa de Melo

Economista e doutor em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com longa experiência de assessoria ao movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras, de formação sindical e de realização de projetos. É autor de artigos sobre salário-mínimo, previdência, seguridade social, mercado de trabalho e desigualdade, e organizador do livro *Salário mínimo no Brasil: a luta pela valorização do trabalho* (LTr, 2015).

Gabriela Spanghero Lotta

Professora de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi professora visitante em Oxford (Blavatnik School of Government), em Aalborg (Dinamarca), em Bern (Suíça), na Universidad del Chile e na PUC Peru. Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), mestre e graduada em Administração Pública pela FGV. Coordenadora do Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB). Docente da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM).

Iagê Z. Miola

Professor do Departamento de Direito da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e professor do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) da mesma instituição. Doutor em Direito pela Universidade de Milão, mestre em Sociologia Jurídica pelo Instituto Internacional de Sociologia Jurídica (IISJ) e graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Foi *visiting scholar* na New

York University (NYU). É pesquisador associado ao Núcleo de Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Atua nas áreas de direito econômico e sociologia jurídica, com experiência em regulação econômica, proteção de dados e defesa da concorrência. Entre 2023 e 2025, atuou como assessor especial do Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União (CGU).

Isabela Andrade

Doutoranda, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e mestra, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em Ciência Política. Integra o Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (Nepac) e o INCT Participa.

Isaac Jordão Sassi

Doutorando do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), mestre em Metafísica, pesquisa estado de exceção, populismo e Poder Legislativo. Atua com consultoria e assessoria nos setores público e privado.

José Szwako

Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Publicou *Dicionário dos negacionismos no Brasil* (CEPE, 2022) e *Movimentos sociais e institucionalização* (EdUERJ, 2019). É também pesquisador do INCT Participa e do Núcleo Democracia e Ação Coletiva (Cebrap), bem como editor da “Coleção Sociedade & Política” (EdUERJ).

Leone S. Alexandre

Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPol/UFSCar). Tem como ênfase a ciência política, desempenhando pesquisa relacionada à teoria das organizações; bolsonarismo; política local e eleições. É editor-chefe da seção de temas livres da revista discente *Agenda Política* (PPGPol/UFSCar). É membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos dos Partido Políticos Latino-Americanos – NEPPLA (UFSCar/CNPq).

Lucas Batista Pilau

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e pesquisador de pós-doutorado no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Organizou, junto de Fabiano Engelmann, o livro *Justiça e poder político: elites jurídicas, internacionalização e luta anticorrupção* (CEGOV/UFRGS, 2021).

Luciana Fernandes Veiga

Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), com estágio de pós-doutoramento na Center for the Study of Democracy (CSD) na Universidade da Califórnia – Irvine (UCI). É professora titular do Departamento de Estudos Políticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Digital e Cultura dos Dados da Fundação Getúlio Vargas. Foi organizadora do livro *A Constituição*

de 88 trinta anos depois (Fundação Konrad Adenauer Stiftung, ABCP, Ed. UFPR), juntamente com Cristina Buarque de Holanda e Oswaldo do Amaral. Tem dezenas de artigos e capítulos de livro sobre comportamento político. Foi presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Política (Compolítica). É bolsista de produtividade do CNPq.

Luciana Santana

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é professora de Ciência Política do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí (PPGCP/UFPI) e da Universidade Federal de Alagoas (ICS/PPGCP/UFAL). É pesquisadora e uma das fundadoras do Centro de Estudos Legislativos (CEL/UFMG), criado em 2004. É líder do grupo de pesquisa no CNPq “Instituições, Governos, Comportamento Político e Democracia”, em que coordenou uma rede nacional de pesquisadores no projeto “Governos estaduais e ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19”. Integra a Red Politólogas, o PRILA/UFMG e o Observatório das Eleições (INCT – Instituto da Democracia). É uma das fundadoras da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC). É coordenadora na Rede Análise e integra a coordenação da Rede Solidária de Pesquisa. É colunista no blog *Legis Ativo/Voto Consciente*, no *Latinoamerica 21* e na Rádio Nova Brasil FM/Maceió.

Luciana Tatagiba

Professora livre-docente do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (Nepac/Unicamp). Realizou pós-doutorado na University of Bradford, no International Center of Participation and Peace Studies, doutorado em Ciências Sociais e mestrado em Ciência Política, ambos na Unicamp. Desenvolve pesquisas sobre os temas: democracia e participação, movimentos sociais, protestos e ativismos no Brasil. Entre seus trabalhos mais recentes, destaca-se a coorganização dos livros *Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências* (Zouk, 2022), *Movimentos sociais e políticas públicas* (Ed. Unesp, 2021), e *Socio-Political Dynamics within the Crisis of the Left. Argentina and Brazil* (Rowman & Littlefield Publishers, 2019).

Lucio Rennó

Doutor em Ciência Política pela University of Pittsburgh, é professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador nível 2 do CNPq. Foi pró-reitor de Pós-Graduação da UnB entre 2021 e 2024, diretor do Instituto de Ciência Política em 2020 e presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal entre 2015 e 2018. Publica nas áreas de estudos legislativos e comportamento eleitoral. Seu livro em coautoria com Barry Ames e Andy Baker, *Persuasive Peers: Social Communication and Voting in Latin America*, publicado pela Princeton University Press, é vencedor do prêmio de melhor livro da Political Networks Section, da American Political Science Association.

Ludmila Ribeiro

Professora associada no Departamento de Sociologia e pesquisadora no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), ambos na Universidade

Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), mestrado e graduação em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro, e graduação em Direito pela UFMG. Foi pesquisadora visitante na University of Florida, na University of Groningen e na Texas State University. Já coordenou diversas pesquisas sobre homicídios, políticas de segurança pública, padrões de policiamento, administração da justiça criminal e funcionamento do sistema prisional, financiadas por organismos nacionais e internacionais, além de ter atuado como consultora do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e do Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

Luiz Augusto Campos

Professor de Sociologia e Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) e doutor em Sociologia pelo mesmo instituto. É editor-chefe da revista *DADOS* e coordena o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA). É autor e coautor de vários artigos e livros, dentre os quais *Raça e eleições no Brasil* (Zouk, 2020) e *Ação afirmativa: conceito, história e debates* (EdUERJ, 2018). Foi pesquisador visitante na Sciences Po de Paris e na Universidade de Nova Iorque (NYU). Foi representante da coleção de Humanidades no Conselho Consultivo do SciELO (2022-2023) e consultor do podcast *Ciência Suja* (2023). Atualmente é membro do Conselho Consultivo do DataLabe e do Conselho Diretor do Peregum Hub. Em 2021, participou da concepção e organização do Prêmio Lélia Gonzalez de Manuscritos Científicos sobre Raça e Política (ABCP, *Nexo* e *Ibirapitanga*) e do Atlas Digital das Ciências Sociais (Anpocs). É colunista do jornal *Nexo*.

Magna Inácio

Doutora em Ciência Política e professora associada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Desenvolve pesquisa sobre instituições políticas em perspectiva comparada, com foco nos poderes Executivo e Legislativo, presidências e gabinetes. Tem publicado artigos em periódicos como *Presidential Studies Quarterly*, *Government and Opposition*, *Brazilian Political Science Review*, entre outros. É bolsista de produtividade do CNPq e coordena o blog *PEX-Network*.

Maria de Fátima Lage Guerra

Economista, doutora em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Maria do Socorro Sousa Braga

Tem pós-doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade de Oxford. Atualmente, é professora titular do Departamento de Ciências Sociais (DCSo) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPOL) e leciona nos cursos de graduação de Ciências Sociais e de pós-graduação acadêmica (mestrado e doutorado) em Ciência Política. Sua produção intelectual concentra-se em instituições políticas, partidos políticos, processos de representação, federalismo e democracia representativa com ênfase no caso brasileiro. É coordenadora do Núcleo

de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos – NEPPLA (UFSCar/CNPq) e da área temática “Eleições e Representação Política” da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). É bolsista de produtividade do CNPq.

Mariana Costa Silveira

Professora na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV), no curso de graduação em Administração de Empresas. Possui doutorado em Administração Pública e Governo pela FGV, mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi pesquisadora de pós-doutorado no Institut de Hautes Études en Administration Publique (IDHEAP) na Universidade de Lausanne, na Suíça, e pesquisadora visitante na Universidade Harvard, nos Estados Unidos. Sua tese foi premiada pelo programa Founders’ Fellow da American Society for Public Administration (2024-2025) e recebeu menção honrosa pelo FGV EAESP Pesquisa e Publicações (2024).

Marisa von Bülow

Ph.D. em Ciência Política pela Johns Hopkins University, é professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). Suas pesquisas tratam sobre os impactos das novas tecnologias digitais na democracia e as relações entre movimentos sociais e Estado. É coorganizadora, com Leonardo Avritzer e Eliara Santana, do livro *Democracy Under Attack: Social Media and Disinformation in Brazilian Elections* (Springer, 2024). É bolsista de produtividade do CNPq.

Marjorie Corrêa Marona

Professora de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Qualidade de Governo e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (QualiGov). Graduada em Direito, possui mestrado em Filosofia do Direito e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Entre suas publicações, destacam-se *A política no banco dos réus: a operação Lava-Jato e a erosão da democracia no Brasil* (Autêntica, 2022), coautoria com Fabio Kerche; *Democracia e Justiça na América Latina: para onde vamos?* (EdUERJ, 2021), coorganizado com Lígia Madeira e Andrés Del Río, e *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política* (Autêntica, 2021), coorganizado com Leonardo Avritzer e Fábio Kerche.

Marta Mendes da Rocha

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora e coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Política Local (NEPOL). É bolsista de produtividade do CNPq. Seus interesses de pesquisa incluem representação e comportamento político, política subnacional e poder local.

Max Stabile

Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília, é fundador do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD). Recebeu o Prêmio Marcus Figueiredo de Jovens Pesquisadores pela WAPOR Latinoamérica. Organizou, junto com Tarcízio Silva, o livro *Monitoramento e Pesquisa em Mídias Sociais* (IBPAD, 2015).

Michelle Fernández

Doutora e mestre em Ciência Política pela Universidade de Salamanca e graduada em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Foi pesquisadora visitante na Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha), na Universidade de Oxford (Reino Unido) e na Universidade de Manchester (Reino Unido). É professora e pesquisadora no Instituto de Ciência Política da UnB. É professora colaboradora da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Realiza pesquisas na área de políticas públicas e burocracia, com foco em implementação e avaliação de políticas e programas.

Natália Sátyro

Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bolsista de produtividade do CNPq. Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Vice-coordenadora do INCT – Qualidade de Governo e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável. Coordenadora do Centro Interinstitucional de Análise de Políticas Sociais (CIAPSOc/UFMG), do Grupo de Pesquisa de Políticas Públicas (GIPP) da ALACIP (2013–2024) e do Research Committee 39 “Welfare State and Developing Societies” da IPSA (2023-). Organizadora do livro *Social Policy in Times of Austerity and Populism: Lessons from Brazil* (Routledge, 2024).

Pedro Vianna Godinho Peria

Bacharel, mestre e doutorando em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV). Também é bacharel em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

Priscila Delgado Carvalho

Pesquisa atores coletivos em processos de construção (e desconstrução) democrática, com ênfase em movimentos e sindicatos rurais. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é professora no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Publicou, em coautoria, o livro *Protestas, democracia y desigualdades en el Cono Sur* (Prometeo, 2024) e artigos nas revistas *DADOS*, *Revista Brasileira de Sociologia* e *Revista Brasileira de Ciência Política*.

Ricardo Fabrino Mendonça

Professor associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista de produtividade do CNPq (1D), coordena o Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça, integra o Comitê Gestor do INCT em Democracia Digital e preside a Comissão Permanente de Inteligência Artificial da UFMG. É também pesquisador associado ao Centre for Deliberative Democracy and Global Governance da Austrália. Tem interesse por teoria democrática, políticas de confronto e comunicação e política. É um dos autores de *Algorithmic Institutionalism* (Oxford University Press, 2023), que foi ganhador do prêmio da ABCP de melhor livro em 2024. É um dos organizadores de *Crises da democracia e esfera pública* (Ed. UFMG, 2023) e de *Research Methods in Deliberative*

Democracy (Oxford University Press, 2022), além de autor de vários artigos em periódicos de impacto.

Ronaldo de Almeida

Professor livre-docente do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), coordenador do Laboratório de Antropologia da Religião (LAR/Unicamp) e um dos editores da revista bilíngue *Ciencias Sociales y Religión*, da Asociación de Cientistas Sociales de la Religión del Mercosur (ACSRM). Possui mestrado e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pela Universidade de São Paulo (USP), respectivamente. Fez pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris) e foi *visiting scholar* no Departamento de Antropologia da University of California, Berkeley. Tem experiência nas áreas da antropologia da religião e da antropologia urbana, com enfoque nos seguintes temas: religião, evangélicos, política, laicidade, moralidade, pobreza urbana, conflitos e demografia da religião.

Shandor Torok Moreira

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Suas principais áreas de pesquisa incluem comportamento judicial, instituições judiciais e constitucionalismo. Autor de *Elitismo democrático e discursos do Supremo Tribunal Federal* (Juruá, 2014).

Thais Pavez

Pesquisadora do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Foi professora colaboradora no Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e no Departamento de Ciência Política da USP, e professora visitante no Institut d'études politiques de Sciences Po, Lille na França. Possui doutorado e mestrado em Ciência Política pela USP e graduação em Administração Pública pela Universidad de Chile.

Vanessa Elias de Oliveira

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), é professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC). Foi presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). É coordenadora de Educação e Difusão do Conhecimento do Centro de Estudos da Favela (CEFAVELA), coordenadora da linha de pesquisa “Judicialização e acesso à justiça e à cidadania”, do INCT QualiGov, e bolsista de produtividade do CNPq.

Valéria Oliveira

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora de Metodologia de Pesquisa no Departamento de Ciências Aplicadas à Educação (DECAE) da mesma instituição. Pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) e do Núcleo de Pesquisas em Desigualdades Escolares (NUPEDE), tem experiência em análise quantitativa de dados, com foco na sociologia

da violência nas escolas, nos efeitos de vizinhança e nas desigualdades educacionais. Com outros colegas, organizou, entre outras publicações, *Espaços periféricos: política, violência e território nas bordas da cidade* (EdUFSCar, 2020) e *Inclusão, equidade e desigualdades entre estudantes das escolas públicas de ensino fundamental no Brasil* (Unesco, 2022).

© Autêntica Editora 2025 - Todos os direitos reservados

© Autêntica Editora 2025 - Todos os direitos reservados

Este livro foi composto com tipografia Bembo Std e impresso
em papel Off-White 70 g/m² na Formato Artes Gráficas.
